



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

YASMIN LINDOSO DE OLIVEIRA

DESCRIÇÕES DEFINIDAS: ENTRE A SEMÂNTICA E A PRAGMÁTICA

SÃO LUÍS - MA
2023

YASMIN LINDOSO DE OLIVEIRA

DESCRIÇÕES DEFINIDAS: ENTRE A SEMÂNTICA E A PRAGMÁTICA

Trabalho apresentado à Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Kléos Freire Pereira

SÃO LUÍS – MA

2023

Oliveira, Yasmin Lindoso de.

Descrições definidas: entre a semântica e a pragmática
/ Yasmin Lindoso de Oliveira. - 2023.

50 p.

Orientador(a): Marcio Kléos Freire Pereira.

Monografia (Graduação) - Curso de Filosofia,
Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do
Maranhão (UFMA), 2023.

1. Bertrand Russell. 2. Descrições definidas. 3.
Keith Donnellan. 4. Linguagem natural. 5. Semântica
filosófica. I. Pereira, Marcio Kléos Freire. II. Título.

YASMIN LINDOSO DE OLIVEIRA

DESCRIÇÕES DEFINIDAS: ENTRE A SEMÂNTICA E A PRAGMÁTICA

Trabalho apresentado à Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Kléos Freire Pereira

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcio Kléos Freire Pereira (orientador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Cesar Frederico dos Santos
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Ederson Safra Melo
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

RESUMO

Após a virada linguística no século XIX, surgiram duas correntes filosóficas distintas, a saber: filosofia da linguagem formal e filosofia da linguagem ordinária. O presente trabalho apresenta a análise semântica das descrições definidas a partir de ambas as abordagens. Na filosofia formal, é apresentada a teoria desenvolvida por Bertrand Russell em *Da denotação* (1978). Russell examinou de que modo as descrições definidas devem ser analisadas, respeitando os princípios lógicos e desfazendo ambiguidades inerentes à linguagem natural. Na filosofia da linguagem ordinária, é apresentada a teoria proposta por Keith Donnellan em *Referência e descrições definidas* (2017). Donnellan tece críticas a respeito de teorias amplamente aceitas da época, como a de Russell, argumentando que a comunicação é o fator que deve ser levado em consideração ao utilizar as descrições definidas. Com base nisso, o objetivo principal é defender que, apesar da contribuição semântica fornecida por Russell, a teoria das descrições definidas exposta por ele não é tão eficaz por negligenciar a versatilidade do uso cotidiano destas. Para tanto, nossa pesquisa baseia-se nos artigos acima mencionados, bem como em leituras pertinentes sobre o tema, a fim de justificar nossa posição em favor da abordagem de Donnellan.

Palavras-chave: Descrições definidas, semântica filosófica, linguagem natural, Bertrand Russell, Keith Donnellan.

ABSTRACT

After the linguistic turn in the 19th century, two distinct philosophical currents emerged, namely: philosophy of formal language and philosophy of ordinary language. The present work presents the semantic analysis of definite descriptions from both approaches. In formal philosophy, the theory developed by Bertrand Russell in *On Denotation* (1978) is presented. Russell has examined how definite descriptions should be analyzed, respecting logical principles and dissolving ambiguities inherent to natural language. In ordinary language philosophy, the theory proposed by Keith Donnellan in *Reference and definite descriptions* (2017) is presented. Donnellan criticizes widely accepted theories, such as Russell's, arguing that communication is the factor that must be taken into account when using definite descriptions. Based on this, the main objective is to defend that, despite the semantic contribution provided by Russell, the theory of definite descriptions exposed by him is not so effective because it neglects the everyday use of these. Therefore, this research is based on those two papers, as well as on relevant readings on the subject, in order to justify our position in favor of Donnellan's approach.

Keywords: Definite descriptions, philosophical semantics, natural language, Bertrand Russell, Keith Donnellan.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	A ANÁLISE RUSSELLIANA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS	10
2.1	Conhecimento por familiaridade x conhecimento por descrição	12
2.2	Nomes próprios	15
2.3	Perspectivas sobre as descrições definidas	18
2.4	Função proposicional.....	20
2.4.1	Ocorrência primária e secundária.....	22
2.5	Enigmas e a solução russelliana.....	24
3	A PERSPECTIVA PRAGMÁTICA DE DONNELLAN	31
3.1	Uso atributivo	32
3.2	Uso referencial.....	34
3.3	Descrições definidas em outros contextos de linguagem	36
3.4	Identificação do uso da descrição definida	38
3.4.1	Outros tipos de uso?	40
3.5	Dificuldades com a teoria russelliana.....	42
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
5	REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Ainda na antiguidade, Aristóteles, organizador da lógica tradicional, enxergava esta como uma ferramenta usada para guiar o pensamento e a linguagem na construção do conhecimento. Sendo a princípio uma lógica atributiva, nas proposições acontecia sempre a consideração da atribuição de um predicado a um sujeito. Por exemplo, na sentença: ‘João é estudante de filosofia’, há um sujeito (S) representado por ‘João’, um predicado (P) representado por ‘estudante de filosofia’, e a atribuição está representada pela cópula ‘é’. Apesar dessa restrição, essa lógica já era formal e normativa, mas ainda não era formalizada. Esse caráter apenas atributivo, contudo, era problemático:

[...] pensar é estabelecer relações, e, segundo esta doutrina, toda a variedade e a riqueza do pensamento esgotam-se na atribuição de um predicado a um sujeito, visto que nos limitamos a estabelecer de diversas maneiras uma única relação, que chamaremos de atributiva. A forma geral de uma proposição fica indicada então pelo esquema “S é P”, que cobre todas as proposições possíveis. (SIMPSON, 1976, p. 30)

A partir do final do século XIX, há uma preocupação maior com o sentido e o significado. A virada linguística inaugura a filosofia analítica como um novo paradigma filosófico, uma nova maneira de fazer filosofia. Partindo do pressuposto de que problemas filosóficos devem ser tratados por meio de uma análise lógica da linguagem, aquele aspecto restritivo da lógica tradicional começa a ser eliminado e a forma lógica das proposições deixa de ser reconhecida apenas como atributiva.

Diante disso, surgiram duas correntes pioneiras na filosofia analítica da linguagem: filosofia da linguagem formal e filosofia da linguagem ordinária. Dentro deste contexto, vários pensadores se dedicaram a esse estudo por diferentes vias. Entre eles, veremos nesta pesquisa, um pouco sobre a teoria de Gottlob Frege (1848-1925) ainda nesta introdução, apenas para introduzir a filosofia de Russell. Como representante da filosofia formal e semântica, Bertrand Russell (1872-1970) é o primeiro filósofo abordado no desenvolvimento deste trabalho. Por fim, como representante da filosofia ordinária e pragmática, veremos Keith Donnellan (1931-2015).

Na perspectiva da filosofia analítica, a discussão lógico-filosófica a respeito do significado das expressões da linguagem natural iniciou a partir de Frege. Após isso, a literatura preocupou-se em desenvolver teorias que oferecessem um tratamento adequado para os problemas encontrados por ele. O papel semântico das descrições definidas (expressões como ‘o tal e tal’ ou ‘a tal e tal’) já aparece com este filósofo, porém de maneira apenas tangencial.

De maneira sistematizada, uma teoria das descrições definidas é apresentada pela primeira vez por Bertrand Russell no século XX, mais precisamente em 1905 no artigo *Da denotação (On denoting)* (RUSSELL, 1978). Levando em consideração as teorias propostas por Frege e Meinong, a teoria das descrições definidas é fruto de uma inquietação daquele filósofo britânico diante dos problemas existentes na linguagem e de respostas que ele considerou insatisfatórias para a resolução destes problemas.

Enquanto a filosofia formal, defendida por Russell, preza por uma análise rigorosa da linguagem empregando recursos da lógica simbólica, a filosofia da linguagem ordinária se preocupa em compreender a maneira com que utilizamos a linguagem em nosso cotidiano. Apesar de ambas oferecerem contribuições significativas para a investigação da linguagem, a filosofia da linguagem ordinária se apresenta como uma abordagem que lida mais perto com contextos de comunicação prática. Ao longo do texto, veremos que Russell desejava formular uma linguagem logicamente perfeita, ao passo que reconhecia que as necessidades da lógica não se enquadravam nem um pouco nas da vida real.

Por um lado, é claro que cada frase de nossa linguagem ‘está em ordem, tal como está’. Isto é, que nós não aspiramos a um ideal: como se nossas frases habituais e vagas não tivessem ainda um sentido totalmente irrepreensível e como se tivéssemos primeiramente de construir uma linguagem perfeita. – Por outro lado, parece claro que onde há sentido, deve existir ordem perfeita. – Portanto, a ordem perfeita deve estar presente também na frase mais vaga. (WITTGENSTEIN, 1999, p. 63)¹

Diante disso, os filósofos da linguagem ordinária reconhecem que, apesar da ambiguidade existente na linguagem natural, o contexto usado e a compreensão humana são os parâmetros norteadores para o entendimento do uso da linguagem em dado momento. Assim, o tema da pesquisa se justifica; pois, mesmo apresentando o aspecto semântico proposto na filosofia russelliana, pretende defender que o trato oferecido pela filosofia da linguagem ordinária – representada nesta pesquisa por Donnellan – é mais refinado, porque trata os problemas que envolvem a linguagem natural e as descrições definidas considerando a realidade em que nos encontramos.

Cotidianamente, descrever é falar a respeito de algo oferecendo algumas características ou detalhes. O significado de ‘descrição’ usado na filosofia russelliana não é diferente: as descrições são usadas com a intenção de falar sobre as coisas. Uma parte considerável do que falamos durante o dia, falamos através de descrições. Quando nossa intenção é dar o endereço

¹ Utilizo esta citação de Wittgenstein, filósofo conhecido por seus trabalhos divididos em 1º e 2º Wittgenstein, pois iniciou com o pé na filosofia formal e semântica, posteriormente enveredando-se para a filosofia da linguagem ordinária.

de algum local para uma pessoa que pediu informação por exemplo, isso é feito através da descrição de determinado lugar. Outro exemplo pode ser quando falo que um dia está chuvoso ou ensolarado. Neste sentido, uma descrição definida é uma expressão que possui a forma ‘o tal e tal’, ‘a tal e tal’ e que aparenta estar se referindo a algo em específico.² Usando um dos exemplos mencionados, em uma descrição definida não diríamos ‘um dia chuvoso’ e sim ‘o dia mais chuvoso’ e dessa forma, estaríamos falando com mais exatidão sobre aquele dia em questão, por descrevê-lo de forma a identificá-lo por uma característica que lhe é única.

Assim, em *Da denotação*, Russell (1978) faz críticas às teorias populares na época e apresenta uma nova maneira de lidar com pelo menos três problemas que, de acordo com ele, uma teoria da denotação deveria estar apta para resolver. Levando isso em consideração, como lidar com proposições que têm como parte integrante essas descrições definidas? Os filósofos supracitados elaboraram diferentes teorias para responder essa questão. Dessa forma, falar a respeito de Frege na introdução do presente trabalho, ainda que de maneira breve, é de suma importância, tendo em vista que ele foi o primeiro a fazer uma teoria geral da natureza do significado das expressões, o pioneiro da filosofia semântica. Além disso, o artigo de Russell usado aqui para abordar a teoria das descrições definidas, é também uma crítica à teoria defendida por Frege.

Em *Sobre o sentido e a referência* (publicado originalmente em 1892), Frege (2009) inicia apresentando um problema a respeito do princípio da identidade: dizer que ‘*a* é igual a *a*’ (ou seja, que um objeto é idêntico a si mesmo), é conhecido *a priori*.³ Não é necessário ter nenhum tipo de experiência para saber que algo é igual a ele mesmo. Porém, dizer que ‘*a* é igual a *b*’, consiste em uma nova informação, pois isso só pode ser conhecido *a posteriori*. Por exemplo, dizer ‘Chico é Chico’ não traz nenhuma novidade. Entretanto, dizer ‘Chico é José Francisco dos Santos’ traz um novo tipo de entendimento.

A questão é que muitas vezes usamos essa relação de identidade entre os sinais ‘*a*’ e ‘*b*’ para falar que são expressões sinônimas. A solução fregeana é então considerar um sentido que possa mediar entre o sinal (a expressão linguística) e a referência (o objeto denotado).

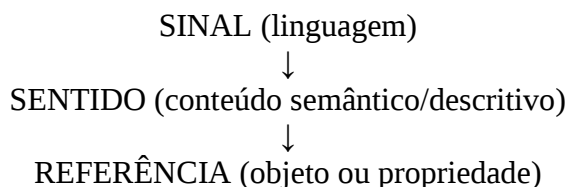
É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda

² Russell também apresenta outro tipo de descrição, as indefinidas. Essas expressões são da forma ‘um tal e tal’ (ou ‘uma tal e tal’). Porém, na presente pesquisa, nosso foco está em falar apenas a respeito dos problemas que permeiam as descrições definidas, porque pretendem denotar objetos específicos e envolvem problemas de referência e unicidade.

³ Este problema de caráter mais epistêmico será discutido com mais detalhes quando analisarmos a teoria russelliana.

o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. (FREGE, 2009, p. 131)

Assim, o olhar está voltado também para o sentido e não apenas para a referência. Ilustrando, seria algo como este esquema:



Dessa forma, para exemplificar, podemos usar os seguintes sinais sinônimos: ‘Dia das Bruxas’ e ‘*Halloween*’. Ambos se referem ao dia 31 de outubro, mas possuem sentidos diferentes. No Brasil, apesar de o Dia das Bruxas ser comemorado por alguns, não possui a mesma importância que tem nos Estados Unidos, por exemplo. Quando há alguma festa aqui, elas ocorrem de maneira privada, não existe uma comemoração geral neste dia que faça parte da cultura, diferentemente do famigerado Carnaval e do São João. Já nos EUA, no dia 31 de outubro ocorre a tradicional festa de *Halloween* marcada por fantasias, caça à doces e uso da famosa pergunta: “doces ou travessuras?”. Assim, esses nomes só podem significar o mesmo, caso seus sentidos denotem a mesma referência.

Outra observação importante da teoria fregeana é que nem todos os sinais possuem uma referência. Pode ser que algumas palavras tenham apenas um sentido que não leva a nenhum objeto. Em outras palavras, o sentido de um sinal é o que nos permite chegar à referência deste sinal, caso ela exista.

Para Russell, a teoria fregeana é insatisfatória, pois leva a outros problemas. Um deles é: como funciona a teoria do significado proposta por Frege, se nem sempre existe uma referência?

A resposta fregeana é que, quando falamos de algo fictício ou quando não há referência, o sentido aponta para o conjunto vazio e, assim, todas as referências não encontradas consistem neste conjunto. Porém, a solução parece arbitrária e, para Russell, isso não resolve o problema. É neste contexto que ele critica a teoria da referência de Frege, bem como a teoria dos objetos de Alexius Meinong. Russell se dirige para a comunidade filosófica neste artigo, objetivando alcançar quem se interessa pela questão da denotação; por isso, o artigo possui o formato e a linguagem predominantemente lógica.

No próximo capítulo de nossa pesquisa, apresentarei as teses centrais da teoria russelliana, apontando as descrições definidas como principal alvo de análise; pois, segundo

ele, eliminando-as e fazendo a análise lógica das sentenças que as contêm, os problemas existentes serão, por fim, solucionados. O principal objetivo será elucidar o percurso feito por Russell na tentativa de solucionar enigmas, construindo a teoria das descrições definidas, tomando como base o artigo *Da denotação* (1905). Por este motivo, alguns conceitos que serão abordados neste capítulo – até mesmo os que foram abandonados pelo próprio autor ao longo de suas produções – serão usados para melhor compreensão, ilustração da mudança e desenvolvimento de opinião do filósofo. A teoria russelliana traz uma solução considerada até hoje uma das mais influentes e consolidadas da época e continua sendo alvo de estudos, refinamentos e críticas.

Em contrapartida, no capítulo seguinte, veremos Donnellan abordando esta mesma questão, mas por uma perspectiva diferente. Ele acredita que Russell errou em não ter levado em consideração o uso cotidiano que fazemos dessas descrições. É neste sentido que objetivando ser mais prático, Donnellan apresenta vários exemplos, a fim de explicar com maior facilidade a teoria que estava defendendo. Sendo assim, além do texto base para o capítulo sobre Russell, há a importância de usar também o texto *Referência e Descrições definidas* (DONNELLAN, 2017) como base para o capítulo a respeito de Donnellan nesta pesquisa; pois, ele faz críticas inovadoras contra a teoria russelliana.

Dessa forma, um dos objetivos desta monografia é abordar as discussões a respeito das descrições definidas tanto no aspecto semântico quanto no aspecto pragmático, promovendo um diálogo entre ambas. Por fim, temos como objetivo principal mostrar o quanto a teoria das descrições definidas de Russell é limitada e desconsidera um uso referencial para elas, segundo Donnellan.

2 A ANÁLISE RUSSELLIANA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS

Em *Da denotação*, Russell (1978) faz algumas críticas a respeito das teorias apresentadas por Frege e Meinong. A teoria das descrições definidas defendida por Russell neste artigo inicia com a própria definição de expressões denotativas que são assim consideradas apenas em virtude de sua forma gramatical⁴. Essas expressões possuem o mesmo conceito de descrição que apresentamos na introdução, ou seja, elas são usadas objetivando descrever ou falar acerca de alguma coisa ou de alguém. Nas palavras dele:

Entendo por “expressão denotativa” qualquer uma das seguintes expressões: um homem, algum homem, qualquer homem, cada homem, todos os homens, o atual rei da Inglaterra, o centro de massa do sistema solar no primeiro instante do século XX [...] Por conseguinte, uma expressão é denotativa unicamente devido a sua forma [gramatical]. (RUSSELL, 1978^a, p. 3)

Diante disso, ele divide e exemplifica essas expressões em três casos:

- i. Expressões denotativas que não denotam nada: por exemplo, ‘o atual rei da França’;
- ii. Expressões que denotam um objeto definido: por exemplo, ‘o atual rei da Inglaterra’⁵;
- iii. Expressões que denotam de maneira ambígua: por exemplo, ‘um homem’.

Dadas essas definições, as expressões denotativas que são objeto principal de análise para Russell são aquelas que, segundo ele, apresentam problemas de referência e unicidade pois pretendem denotar objetos específicos, a saber, as descrições definidas. Portanto, ele deixa de lado as descrições do terceiro tipo pois elas normalmente não são usadas de maneira direcionada a algo em particular e, por isso, são ambíguas em sua própria construção.⁶ Os outros dois tipos apresentados por ele, são descrições caracterizadas por um artigo definido e aparentam se referir a algo ou alguém em específico; são elas as descrições definidas.

Sendo assim, são essas descrições definidas que interessam a Russell. São nelas que os problemas de referência são encontrados; pois, a exigência de unicidade está presente. Ora, se descrições definidas aparentam falar sobre algo particular, como então falar sobre uma descrição definida que não possui uma referência? Como falar de objetos que são contraditórios

⁴ A forma que as expressões possuem aparentam pretender denotar algo no mundo.

⁵ Coincidentemente, em 1905 e no presente ano (2023), a Inglaterra é governada por um monarca do sexo masculino. O exemplo para expressão denotativa que denota um objeto específico continua adequado.

⁶ Essas expressões são conhecidas como ‘descrições indefinidas’. Ao longo do texto veremos exemplos a respeito delas.

sem ferir o princípio da não-contradição? Esses são alguns dos problemas que permeiam essas descrições, pois, como veremos, o uso de um artigo definido remete a uma referência e uma singularidade. É neste sentido que Russell destaca que uma teoria da denotação pode ser colocada à prova através de sua capacidade de resolver enigmas.

Diante disso, ele acredita que duas posições podem ser tomadas a respeito do problema das descrições definidas. A primeira é dar um jeito de conseguir alguma denotação quando sua referência estiver ausente. Frege aderiu a essa opção quando apresentou sua teoria e propôs como solução a essa ausência, o conjunto vazio que abrangeria todos os objetos que não possuem uma referência. A segunda posição é tomada por Russell ao apresentar a teoria das descrições definidas deixando as expressões denotativas em uma posição coadjuvante.

Em vista disso, ele apresenta uma teoria da denotação que tira a independência lógica dessas expressões (as descrições definidas). Apesar da aparente referência presente nas expressões denotativas apresentadas no início deste capítulo, em nenhum dos casos elas de fato denotam. Ele as coloca em posição dependente dentro de uma sentença e afirma que elas jamais terão qualquer tipo de significado independente se estiverem isoladas. O significado delas será sempre determinado a depender da proposição em que elas ocorrem no momento.⁷

Com essa perspectiva, é possível inferir que quase tudo aquilo que Frege dizia ser nome próprio, Russell defende que não denota algo específico como pretende denotar (e, portanto, não tem como ser considerado nome próprio, nessa acepção mais rigorosa). Em vez disso, temos apenas a ilusão de que estamos falando a respeito de algo particular e determinado. Essa noção inicial merece atenção especial partindo do ponto que o próprio Russell escolhe iniciar seu artigo com essa definição.

Cabe aqui uma digressão para falar das proposições, pois Russell aponta como um dos problemas da teoria fregeana, uma má interpretação das análises de proposições que possuem expressões denotativas. Sobre a definição de proposição, Russell (1978b, p. 59) defende que sentenças no modo indicativo, isto é, sentenças que afirmam (ou negam) ou sentenças que são precedidas da palavra ‘que’ devem ser consideradas proposições. Por exemplo: ‘o céu é azul’, ‘que Sócrates é mortal’, ‘que Platão é discípulo de Sócrates’ etc. Além disso, vale ressaltar que o conceito usado pela tradição aristotélica a respeito das proposições permanece de lado; pois, na visão de Russell, definir que a função da proposição é apenas ligar um sujeito a um predicado, limita e reduz a expressividade das proposições de maneira geral.

⁷ Isso será melhor desenvolvido ao longo deste capítulo.

Por conta dessa perspectiva, agora é possível falar de relações entre termos que podem ter mais de um sujeito associado ao predicado ou ao verbo usado. Nesse sentido, ele argumenta que quando há dois sujeitos em uma mesma proposição, essa relação é chamada de diádica, quando há três, é chamada triádica, e assim sucessivamente. Usando um exemplo do próprio Russell, uma relação triádica pode ser como a que se segue:

(1) A acredita que B ama C.

Esse exemplo é interessante, principalmente porque mostra o quanto ele rompe de vez com a tradição ao passo que abre espaço para falarmos a respeito de crenças e de relações entre sujeitos, sem a necessidade de sempre ligá-lo apenas a um predicado. Dessa forma, as definições apresentadas até aqui, juntamente a teoria do conhecimento russelliana, o conceito de função proposicional e os conceitos de *conhecimento de trato* e *conhecimento acerca de*, que posteriormente serão apresentados, funcionam como *um background* para a teoria das descrições definidas, sendo por este motivo que grande parte deste capítulo dedicada a tais conceitos.

Antes de nos debruçarmos no estudo sobre os nomes próprios e descrições definidas, veremos os dois tipos de conhecimento mencionados, que também são de natureza obrigatória para o entendimento da teoria russelliana. Tudo o que conhecemos a respeito do mundo, chega a nós através de um desses dois tipos de conhecimento. Ou conhecemos algo através de representações diretas, isto é, contato direto que possuímos com esse algo no momento, ou conhecemos através de descrições alheias – por exemplo, outra pessoa viu algo e nos contou a respeito.

2.1 Conhecimento por familiaridade x conhecimento por descrição

A compreensão da teoria do conhecimento defendida por Russell constitui um elemento fundamental para o estudo da linguagem, na medida em que o tema central da nossa pesquisa está ligado indiretamente a essa distinção epistemológica. Ele argumenta que existem dois tipos de conhecimento: de trato (*knowledge by acquaintance*) e acerca de (*knowledge about*). Em *Da natureza da familiaridade* (1978), ele afirma ainda que o conhecimento de trato possui uma

relação dual entre um sujeito mental e um objeto que, além de não ser conhecido como mental, pode estar no presente, passado ou não se situar no tempo.⁸

Além dessa definição, ele também afirma que o conhecimento que temos por familiaridade acontece através de representações e o conhecimento que possuímos *acerca de* ocorre através de descrições, isto é, através de expressões denotativas. Apesar dessa distinção, há uma complementaridade entre ambos os tipos; pois, de acordo com Russell, todo conhecimento possuirá seu fundamento, mesmo que em última instância, na familiaridade (nossa ou de terceiros). Possuir familiaridade significa, então, ter consciência de determinada coisa sem que haja algum intermédio, ou seja, é ter contato diretamente com o objeto e, nesse caso, esse conceito, de acordo com Russell, está ligado apenas a coisas que não são suscetíveis a erros de identificação.

Como é óbvio, só o que passa no nosso próprio espírito pode ser assim imediatamente conhecido. O que se passa no espírito das pessoas nos é conhecido, exclusivamente, através da percepção dos corpos delas, quer dizer, dos dados do sentido em nós que estão associados com os corpos delas. (RUSSELL, 1980, p. 90)

Dessa forma, ele esclarece que esse conhecimento de trato não é sobre objetos físicos, mas, é a respeito dos nossos dados dos sentidos⁹; pois, só é possível conhecer diretamente os dados de nossa própria consciência. Prova disso é que pelo menos na maior parte das vezes, a intenção do falante é falar diretamente sobre o mundo, mas isso não ocorre, pois só somos capazes de falar a respeito da condição de nossa mente.¹⁰ De acordo com ele, é difícil definir a consciência, mas falar sobre coisas das quais somos conscientes não é. Objetos físicos e a mente de outras pessoas, por exemplo, não se encaixam no grupo de coisas que possuímos conhecimento de trato; pois, ao descrever objetos ou mesmo ao falar sobre o que o outro está pensando, afirmações feitas de maneira equivocada podem ocorrer, ou seja, estão suscetíveis ao erro.

Para exemplificar um dos erros que podem ocorrer, podemos utilizar uma situação recorrente no cotidiano de alguém que possui miopia. Por exemplo, quando essa pessoa está sem seus óculos em determinado momento do dia e por conta disso enxerga as coisas de maneira embaçada. Suponhamos então que essa pessoa (sem seus óculos) avista um objeto de cor preta

⁸ Ele apresenta duas extensões do conhecimento de trato. A primeira é a que temos através da memória (passado), só somos capazes de falar e inferir algo a respeito do nosso passado por causa dela. A segunda é por introspecção (consciência de si ou autoconsciência) que ele também chama de dados do senso íntimo: sentimentos, desejos, pensamentos etc.

⁹ Também é chamado por Russell de *dados sensíveis*. Trata-se de coisas que são conhecidas imediatamente pela sensação, tais como as cores, os sons, cheiros etc. (RUSSELL, 1980, p. 35).

¹⁰ Ele aprofunda essas questões em *Os problemas da filosofia* (1980, p. 88-89).

de longe e não tem dúvidas: definitivamente é um cachorro. Logo após se aproximar do objeto (ou de colocar seus óculos) observa e percebe que na verdade aquele cachorro nunca existiu, era apenas um saco de lixo preto que alguém colocou na calçada da rua. Este exemplo demonstra que não é tão fácil falar a respeito de objetos que possuímos familiaridade e que a comunicação certa e livre de erros a respeito de coisas de que somos conscientes não é possível – pelo menos, não da maneira que imaginamos.¹¹

De acordo com Russell (1978, p. 67), a ambiguidade e complexidade que há na linguagem não é algo ruim; pelo contrário, se não houvesse significados diferentes para a mesma palavra ou se não houvesse objetos conhecidos por uma pessoa e desconhecidos por outras, a comunicação a respeito de coisas imagináveis seria desnecessária e as conversas provavelmente seriam apenas a respeito da lógica. Porém, a intenção de Russell não é limitar os assuntos, apenas encaixá-los dentro de sua teoria a fim de retirar ambiguidades da linguagem comum e evitar que eles sejam barrados por princípios lógicos.¹²

Por fim, o segundo tipo de conhecimento mencionado é o mais interessante para a teoria da denotação defendida por Russell. Ele compreende por descrição frases da forma: ‘um tal e tal’ ou ‘o tal e tal’. No caso, a forma ‘um tal e tal’ é entendida como uma descrição ambígua, indefinida e, por este motivo, frases desta forma são deixadas de lado, tendo em vista que elas não estão (ou não deveriam estar sendo usadas para esse fim) se referindo a um objeto ou a algo específico, ou seja, não se trata de um objeto exclusivo que corresponde a uma descrição definida. Porém, frases da forma ‘o tal e tal’ são consideradas singulares e Russell se ocupa no estudo delas, alegando que são as mais desafiadoras e interessantes das expressões denotativas.

Também chamado de conhecimento por *descrição*, o conhecimento *acerca de* é exemplificado por Russell utilizando uma rua de Londres. Na tentativa de “abrasileirar” o exemplo, tomarei como referência o Palácio dos Leões que fica localizado no Centro da cidade de São Luís – MA. Para nós, que moramos na cidade e já estamos familiarizados com o local, o significado dele será diferente se comparado a alguém que nunca esteve aqui. Podemos supor que estamos conversando com um amigo que pretende visitar São Luís no período de Natal e queremos contar a ele que no mês de dezembro o local conta com atrações musicais, teatrais e

¹¹ Russell aponta uma espécie de saída e afirma que, quando dialogamos conosco, no sentido de “conversar com nossa própria consciência” e denotamos através dos nomes próprios (que ainda serão apresentados em nossa pesquisa) é garantia de que não estaremos errados em nossas colocações. Veremos ainda de que maneira isso funciona.

¹² Ponto em que, de acordo com ele, a teoria de Frege acabou falhando e usando soluções que levaram a outros problemas.

com luzes de Natal que o enfeitam por completo. A partir disso, poderíamos resumir essas informações na seguinte frase:

(2) O Palácio dos Leões fica lindo e enfeitado com luzes no Natal.

Claramente, a imaginação pode ser despertada a partir desta sentença, mas ainda que tentássemos explicar cada mínimo detalhe, jamais conseguiríamos externalizar exatamente aquilo que está em nossa consciência. Há sempre ideias diferentes a respeito das coisas, levando em consideração a individualidade e a experiência de vida de cada um. Assim, o conhecimento por descrição apenas inicia na familiaridade, mas, ultrapassa os limites da experiência individual de cada um; além de ser uma tentativa limitada de falar a respeito da realidade das coisas através de descrições.

2.2 Nomes próprios

Expressões do tipo ‘a estrela da manhã’, ‘a estrela da tarde’, ‘o atual rei da Argentina’ e outras que parecem indicar um objeto determinado, para Frege seriam exemplos de nomes próprios. Porém, como vimos na seção anterior, essa concepção fregeana a respeito dos nomes recebe uma nova e restritiva definição na filosofia de Russell. Essas expressões acima mencionadas não mais são chamadas de nomes próprios e sim de descrições definidas.

Russell (1978b, p. 71) define nomes próprios como palavras para particulares, ou seja, a função de um nome, estritamente falando, deve ser nomear um objeto em particular. Eles são usados principalmente para que possamos no referir a um e somente um indivíduo e isso inclui coisas, pessoas, lugares etc. Primeiramente, mas não coincidentemente, o conhecimento por familiaridade está diretamente ligado ao uso de nomes próprios; pois, só nomeamos (pela primeira vez) coisas com as quais possuímos contato direto, enquanto o conhecimento por descrição – intuitivamente – está ligado às descrições definidas, que veremos nas próximas seções.

Falar a respeito de nomes próprios é falar sobre termos singulares. Ainda que Russell tenha considerado o conceito de *particulares* como algo estritamente lógico, na linguagem usual, de modo geral, esses termos singulares são usados quando há intenção de falar de um objeto de maneira específica – os nomes próprios da gramática normativa ou mesmo objetos particulares são exemplos disso. De acordo com Russell, o que Frege considerava como o sentido, que é o mediador para chegar até a referência, é na verdade a própria referência. Desse

modo, Russell defende a teoria da referência direta, em que não é necessário haver um intermédio para chegar até o objeto denotado.

A respeito dos nomes, em uma primeira concepção russelliana, todo sujeito gramatical era considerado um nome próprio. Assim, analisemos a seguinte frase:

(3) Joana joga vôlei todos os domingos

Suj. Pred.

Se considerarmos a antiga definição sujeito-predicado, de que falamos no início deste capítulo, há na frase um predicado ('joga vôlei todos os domingos') que está ligado ao sujeito ('Joana')¹³. Acontece que esse "predicado" não é aplicável apenas para Joana. Há na sentença o nome próprio designando um indivíduo e 'joga vôlei todos os domingos' está designando um outro tipo de entidade que é chamada de 'propriedade'. Essa propriedade é considerada algo que pode ser aplicável para uma variedade de objetos. Por exemplo, a palavra 'copo' não foi pensada para se referir a apenas um copo específico, mas para aplicar-se a todos aqueles objetos que possuem a *propriedade* de ser copo (seja ele redondo, quadrado, pequeno, médio etc.).

No caso de (3), Joana na verdade possui a propriedade de jogar vôlei todos os domingos.¹⁴ Sendo assim, todas as pessoas que jogam vôlei todos os domingos possuem essa mesma propriedade, pois ela não se aplica apenas a Joana. Diferente da noção de predicado, que é uma noção linguística e que possui como função afirmar algo sobre o sujeito de determinada oração, o conceito de propriedade é uma noção semântica aplicável às denotações de uma expressão linguística (por exemplo, a indivíduos no mundo).

Na sentença (3), a palavra 'Joana' aparenta denotar uma pessoa específica. De fato, como mencionei, a primeira definição apresentada por Russell em 1905 sobre os nomes próprios é mais abrangente; pois, considera os nomes próprios comuns da gramática, como 'Scott', 'Sócrates' ou até mesmo a própria 'Joana' de nosso exemplo. Porém, mais tarde, em 1918, nas conferências apresentadas por ele em Londres, há uma mudança de opinião em relação a essa definição. A partir de então, os nomes próprios (em estrita acepção lógica) foram reduzidos a apenas a 'isto', 'aquilo', 'este' e demais demonstrativos, uma vez que nomes próprios gramaticais podem ser analisáveis logicamente como descrições definidas abreviadas.

Esses aspectos são alguns dos mais importantes para a teoria das descrições. A compreensão deles é de fundamental importância para entender como a teoria lida com os

¹³ A rigor, (3) não está no formato padrão tradicional (aristotélico), porque lhe falta a cópula 'é'. Mas, pode facilmente ser parafraseada como 'Joana é pessoa que joga vôlei todos os domingos'.

¹⁴ O conceito de propriedade permanecerá, como veremos, na análise lógica que Russell constrói.

desafios, buscando resolver o problema das descrições e de que maneira ela se relaciona com a questão semântica.

De maneira sucinta, a respeito da mudança de opinião do filósofo, quando o tipo de conhecimento é por familiaridade (em que nomeamos os nossos dados dos sentidos), os próprios objetos denotados pelas partes da proposição estão inclusos nela. Então, se digo (4) abaixo:

(4) Isto está quente

O significado de (4) contém o próprio objeto acerca do qual estou atribuindo a propriedade de estar quente. Segundo Brito (2003, p.59), na verdade os objetos particulares são entidades às quais só podemos nos referir durante o momento em que as estamos percebendo. Assim, os objetos com os quais possuo familiaridade (*acquaintance*) são os únicos que podem ser ligados diretamente a referência e posso falar deles através de um nome logicamente próprio.

Diante disso, a questão é: os demonstrativos são ideais para se usar quando estamos em contato direto com o objeto referido; mas, como falar a respeito dele em um outro momento (sem a presença do objeto) apenas através de pronomes demonstrativos? Quando abordamos sobre o conhecimento por familiaridade, mencionamos que Russell não está se referindo a objetos físicos, mas se trata da nossa percepção, da nossa própria consciência. A resposta é que não damos nomes ao objeto em si, nomeamos apenas os dados dos sentidos e, por isso, é possível falar, através de descrições, a respeito daquele mesmo objeto.

Quando tentamos mostrar, por conseguinte, que devem existir objetos físicos que são independentes dos nossos dados sensíveis, não é lícito apelar para o testemunho alheio, já que esse testemunho consiste ele próprio numa simples congêrie de dados sensíveis, os quais nos não revelam as experiências de outrem [...] Devemos portanto, tentar achar, se nos é possível, nas nossas experiências puramente privadas, características que nos mostrem que há no mundo coisas que não sejam nós próprios ou nossas experiências privadas. (RUSSELL, 1980, p. 49-50.)

Ainda de acordo com ele, o ‘isto’ só pode ser considerado um nome próprio se realmente está representando um objeto real dos sentidos. Além disso, coloca como propriedade de um nome próprio, o fato de ele poder nomear a mesma coisa em momentos diferentes e não significar a mesma coisa para o falante e para o ouvinte; sendo, portanto, considerado ambíguo.

Posto isto, não nos aprofundaremos mais na definição de nomes próprios que foi modificada no decorrer de suas publicações. Analisar esses nomes com as implicações de sua

alteração posterior foge ao objetivo principal do trabalho, portanto, nesta seção e nas seções seguintes analisaremos as definições apresentadas por Russell em 1905.

2.3 Perspectivas sobre as descrições definidas

As descrições definidas, tema central de nossa pesquisa, fazem parte da prática linguística que usamos em nosso dia a dia; pois, estamos sempre buscando falar de coisas específicas. Por exemplo, ao falarmos: ‘traz o copo de água sobre a mesa para mim’, ‘o filme mais novo da Netflix é bom’, ‘o café à sua frente está adoçado’ e tantas outras sentenças, usamos um artigo definido. Aparentemente, existir uma referência para cada uma dessas descrições não parece ser algo irracional; mas, para Russell, elas não possuem um caráter referencial, estritamente falando. Isso quer dizer que as descrições definidas não se referem diretamente a um objeto.

No início deste capítulo, mencionei, sem justificar, as expressões denotativas e a defesa de Russell de que elas não têm significado algum isoladamente. Dessa forma, mesmo com a aparente referência, nenhum dos exemplos de descrições mencionados, nem qualquer outra descrição, levam diretamente a um objeto específico. Na verdade, como veremos em tópicos posteriores, após a análise formal dessas expressões, essas descrições definidas presentes nas sentenças são suprimidas. Assim, a teoria russelliana é uma abordagem filosófica para a análise semântica de frases que contêm descrições definidas.

Descrições definidas introduzem os objetos indiretamente no discurso, isto é, elas os introduzem descrevendo-os. Descrições definidas são, pois, nomes (ainda no sentido geral de Frege) que nos servem para denotar objetos com os quais não temos contato imediato. (BRITO, 2003, p. 57)

Tal teoria possui o objetivo de estabelecer uma análise lógica para lidar com os problemas da linguagem ordinária. Nesse caso, quando alguém usa a expressão ‘o atual rei do Brasil’ por exemplo, a teoria de Russell afirma que não se refere diretamente a um indivíduo real, já que o Brasil atualmente não é mais uma monarquia. Isso poderia ser aplicado para diversos outros exemplos em que falamos sobre algo que já não existe mais. Sobre isso, Russell apresenta alguns pontos para explicar o porquê de não concordar com as teorias de Frege e Meinong, alvos principais de suas críticas em relação às descrições definidas.

O propósito de nossa pesquisa não é apresentar de maneira detalhada a teoria dos objetos de Meinong; porém, a fim de demonstrar a insatisfação e posterior solução de Russell em relação a essa teoria, nós a apresentaremos em linhas gerais. Meinong entra em uma discussão

de viés fenomenológico acerca da natureza de todo e qualquer objeto acerca do qual podemos falar, e assume que o pensamento humano é livre para assumir aquilo que quiser em seu discurso, mesmo que isso inclua coisas impossíveis e contraditórias.

Por exemplo, podemos falar de coisas inexistentes, ou de coisas que desafiam princípios lógicos (como da não-contradição), ilustrados em (5) e (6) abaixo:

(5) O atual rei da França não existe.

(6) O triângulo quadrado não é quadrado.

De acordo com ele, um objeto (do discurso) é algo que eu posso assumir e ao qual consequentemente me referir, independentemente de seu *status* ontológico. Além disso, Meinong argumenta que há uma má interpretação entre coisas que existem e coisas que subsistem, defendendo que a existência e subsistência são formas distintas de ser. Ainda que as pessoas e tudo aquilo que está no espaço e no tempo existam, alguns objetos não possuem essa existência, apenas subsistem. Por exemplo, os números e as figuras geométricas subsistem, mas não existem. De acordo com Meinong (2005, p. 100), “as figuras de que trata a geometria não têm existência, como nós sabemos; e, no entanto, suas propriedades, logo, seu ser-tal, podem ser indubitavelmente constatadas” (apud LEMOS; KRAEMER, 2021, p. 240)

Apesar dessa diferença, ambas as categorias de objeto possuem aquilo que ele chama de *Sein* (ser) e os objetos impossíveis e contraditórios se encaixam dentro do *So-sein* (ser-assim), que se refere aquilo que não chega a “ser um ser”, mas é um quase ser. Por fim, para Meinong, o paradoxo presente nas proposições é desfeito através da distinção entre existência e subsistência, e entendendo os três tipos de categoria de objetos. Obviamente, Russell discorda completamente desta teoria e em *Da denotação* ele usa a palavra ‘intolerável’ para falar sobre ela. Argumenta ainda que apesar de não concordar com Frege, a teoria deste, diferentemente da de Meinong, evitou a quebra do princípio de não contradição.

O calcanhar de Aquiles da teoria de Frege, segundo Russell, é que, segundo ela, quando há uma descrição que não possui referente, por exemplo em (5), essa descrição vai denotar uma classe vazia, e quando houver várias denotações, a classe de todas essas denotações. Nas palavras de Russell:

Assim, “o rei da França” deve denotar a classe vazia; “o único filho do sr. Fulano de tal” (que tem uma bela família de dez pessoas) deve denotar a classe de todos os seus filhos; e assim por diante. Mas esse procedimento, embora possa não conduzir a um erro lógico real, é completamente artificial, e não dá uma análise exata do problema. Assim, se permitimos geralmente que expressões denotativas possuam os dois

aspectos, significado e denotação, os casos em que parece não existir nenhuma denotação causam dificuldades tanto na assunção de que existe realmente uma denotação, quanto na assunção de que realmente não existe nenhuma denotação (RUSSELL, 1978, p. 7-8)

A teoria de Frege admitia que todas as expressões possuíam sentido, ainda que não houvesse objetos que pudessem corresponder a elas; quando esse fosse o caso, elas denotariam o conjunto vazio. É como se dentro desse conjunto vazio estivesse a ausência denotada por todas as expressões que não possuem referência; por isso, Russell não considera uma opção razoável. Neste trecho apresentado acima, há a corroboração de que, como já afirmamos, ele deseja fazer uma análise que não somente conserte o problema, mas que estabeleça detalhadamente como as coisas precisam ser entendidas e de maneira que não rompa com os princípios lógicos (clássicos).

2.4 Função proposicional

Em vista disso, a partir do conceito de função proposicional, Russell inicia a exposição da teoria que acredita resolver os enigmas lógicos. Apresentado por ele pela primeira vez em *Da denotação*, afirma:

Tomo a noção de variável como fundamental; uso “C(x)” para significar uma proposição na qual x é um constituinte, onde x, a variável, é essencial e totalmente indeterminada. Podemos, então, considerar as duas noções “C(x) é sempre verdadeira” e “C(x) é algumas vezes verdadeira”. (RUSSELL, 1978a, p. 4)

Ainda de acordo com ele, uma função proposicional é qualquer expressão que possua um constituinte indeterminado (ou vários) e que vira uma proposição assim que os constituintes são determinados (Russell, 1978b, p. 95) e está sempre presente em palavras que possuem quantificadores, como ‘todo’, ‘algum’, ‘um’. Russell argumenta ainda que em si mesma a função proposicional não é nada além de um esquema, mas serve para falar sobre coisas que existem no mundo – segundo ele, o que ele pretende é falar a respeito da existência dessas coisas – haja vista que não há como falar com exatidão a respeito delas empiricamente.¹⁵

O esquema de função proposicional funciona da seguinte forma, por definição:

¹⁵ Neste sentido, Russell concorda com a teoria do conhecimento de René Descartes ao tentar analisar cada coisa individualmente para estabelecer um princípio indubitável para o conhecimento. Ele afirma isso em *A filosofia do atomismo lógico* (RUSSELL, 1978, p. 56)

- i. $F(\text{todos})$ significa que $F(x)$ é verdadeira para todo x
- ii. $F(\text{nada})$ significa que $F(x)$ é falsa para todo x
- iii. $F(\text{algo})$ significa que $F(x)$ não é sempre falsa para todo x

Introduzindo a noção lógica, as expressões ' $F(x)$ ' e ' x ' são, respectivamente, uma função e uma variável, que podem ser aplicadas para gerar diferentes proposições. Combinados a essas expressões, temos dois quantificadores que serão usados na análise russelliana e usarei esta seção para explicá-los. 'Todos' (ou 'todo') é considerado um quantificador universal e em linguagem formal, usamos ' $\forall$ ' (leia-se 'para todo') para representá-lo. Além deste, há um quantificador de existência que é representado pelo símbolo: ' $\exists$ ' (leia-se 'existe pelo menos um'). Para ilustrar esses quantificadores em linguagem formal, considere as seguintes sentenças:

(7) Todo ludovicense é maranhense: $\forall x (Lx \rightarrow Mx)$ ¹⁶

(8) Algum carro é preto: $\exists x (Cx \wedge Px)$ ¹⁷

Dito isso, ficará mais fácil de compreender quando falarmos a respeito da solução oferecida por Russell através da sua teoria das descrições definidas. Diante dessas definições, Russell busca interpretar as descrições definidas, tomando como base a noção de função. Para ilustração de como ela funciona na prática, utilizarei o mesmo exemplo usado pelo autor, a respeito do pai de Carlos II:

(9) O pai de Carlos II foi executado.

Usando a interpretação de função para Russell, a proposição afirma que existia um x que era pai de Carlos e foi executado. Afirma ainda que não havia nenhum outro pai de Carlos, ou seja, apenas x era o *único* pai de Carlos. A ideia de unicidade, de algo único e determinado, é indicada gramaticalmente pelo artigo: 'o' (ou 'a')¹⁸.

Apesar das ambiguidades linguísticas, quando a intenção do falante é se referir a algo que não é único, é mais prudente fazer uso do artigo indefinido 'um' ou 'uma' ao invés de 'a' ou 'o'. A respeito disso, Russell alerta que há com frequência o uso indevido destes artigos. Por

¹⁶ Em que ' Lx ' representa 'x é ludovicense' e ' Mx ' representa 'x é maranhense'.

¹⁷ Em que ' Cx ' representa 'x é carro' e ' Px ' representa 'x é preto'.

¹⁸ No original em inglês, o artigo definido '*the*' e o artigo indefinido '*a/an*' são ambíguos quanto ao gênero (masculino ou feminino).

exemplo, quando usamos a frase (10) sem levar em consideração que Raimunda é uma senhora que possui cinco filhos.

(10) O filho de Raimunda é bombeiro.

Quando uso o artigo definido ‘o’, estou trazendo o aspecto da unicidade, sem que ser seu filho seja algo único. Além disso, não é possível saber de quem exatamente estou falando e por isso, o correto seria usar ‘um filho de Raimunda é bombeiro’. Neste sentido, quando a afirmação ‘x é o pai de Carlos II’ é feita, além de assumir uma relação que existe entre x e Carlos, admitimos também que somente um x possui essa relação com Carlos e ninguém mais a tem.

2.4.1 Ocorrência primária e secundária

Nesta penúltima seção do presente capítulo, apresento esses conceitos que também são fundamentais na resolução de enigmas da teoria das descrições. Há duas maneiras de entender na análise lógica, a ocorrência (gramatical) de uma descrição definida que ocorra como sujeito de uma sentença. Russell as define como: ocorrência primária e ocorrência secundária.

Quando Russell fala a respeito dessas ocorrências, ele as apresenta afirmando que há um enigma sobre ‘o autor de Waverley’ que pode ser apresentado para afirmar que o significado de uma descrição definida é relevante em casos em que ela ocorre dentro de uma proposição¹⁹. Se a descrição está pressupondo a existência de determinado objeto que a satisfaz, trata-se de uma ocorrência primária.

Tomando como exemplo a seguinte proposição:

(11) George IV desejava saber se Scott era o autor de Waverley.

Ele relembra que a sentença ‘Scott foi um homem’ isolada é da forma ‘x foi um homem’ e que seu sujeito é ‘Scott’. Porém, “quando é dito ‘o autor de Waverley foi um homem’, este

¹⁹ Nesta explicação, o autor não parece se opor completamente a esta afirmação, mas argumenta que se a visão aderida fosse essa, seria o mesmo que afirmar que só a denotação pode ser relevante. Sabemos que em sua concepção isso não é o caso, pois o significado de ‘o autor de Waverley’ ou de qualquer outra descrição definida não possui a mesma relevância que a própria referência – lembrando que Russell, defensor da teoria da referência direta, acredita que só os nomes próprios são os que possuem essa relevância, pois eles se referem diretamente a denotação. Acredito que é essa confusão que leva Russell a deixar esse ponto de vista abandonado.

não é um enunciado da forma ‘x foi um homem’ e não tem ‘o autor de Waverley’ como seu sujeito.” (RUSSELL, 1978, p.10).

Assim, a sentença (11), quando entendida por alguém como contendo a descrição ‘o autor de Waverley’ enquanto ocorrência primária, pode ser parafraseada das duas formas abaixo (respectivamente, de maneira não formalizada e formalizada ²⁰):

(12) Existe um e somente um homem que escreveu Waverley e George IV desejava saber se Scott era esse homem.

(13) $\exists x (W(x) \wedge \forall y ((W(y) \rightarrow (y = x)) \wedge G(x = s)))$ ²¹

Nessa primeira ocorrência, há uma assertiva da existência de um homem. Isso poderia ser expresso por ‘George IV desejava saber, com respeito ao (único) homem que de fato escreveu Waverley, se ele era Scott’. Isto seria verdade, por exemplo, se George IV tivesse visto Scott à distância, e tivesse perguntado “aquele é Scott?” (RUSSELL, 1978, p. 11). Nesse caso, a descrição ‘o autor de Waverley’ está se referindo a um indivíduo específico, uma existência (em primeiro plano) de alguém e George IV quer saber sobre esse alguém. De fato, uma pessoa escreveu Waverley, independentemente de George IV saber desse fato ou não, e este quer saber se essa pessoa é Scott. Nas palavras de Russell:

[...] Podemos pôr em lugar de “o autor de Waverley foi um homem”, o seguinte: “uma e somente uma entidade escreveu Waverley, e tal entidade foi um homem”. (esta não é uma interpretação tão literal quanto a realizada anteriormente; mas é mais fácil de ser entendida.) E falando de uma maneira geral, suponha-se que queremos dizer que o autor de Waverley tinha a propriedade φ , o que queremos dizer é equivalente a “uma e somente uma entidade escreveu Waverley, e tal entidade tinha a propriedade φ ”. (RUSSELL, 1978, p. 10)

Para demonstrar quando a descrição possui uma ocorrência secundária dentro da sentença, permaneceremos usando o exemplo (11) utilizado por Russell. Afirmar esta sentença como contendo a descrição definida ‘o autor de Waverley’ de forma secundária, seria o mesmo que asserir:

²⁰ Convenção: ‘W(x)’ para ‘x é autor de Waverley’, ‘G(p)’ para ‘George desejava saber p’ (onde ‘p’ é uma proposição).

²¹ Facilitando, poderia ser entendida também da seguinte maneira semiformal: ‘ $\exists x (x \text{ escreveu Waverley e } \forall y ((y \text{ escreveu Waverley} \rightarrow y = x) \wedge (G(x = s))))$ ’. Quando uma sentença possui este quantificador existencial no início da forma, não está anunciando de imediato a crença ou curiosidade de alguém, mas é primeiramente, uma afirmação sobre a existência de algo, e depois pode especificar uma crença ou afirmação.

- (14) George IV desejava saber se um e somente um homem escreveu Waverley e desejava saber também se Scott era esse homem.

Formalizando, desta vez, fica da seguinte forma:

$$(15) \quad G(\exists x (W(x) \wedge \forall y ((W(y) \rightarrow (y = x)) \wedge (x = s))))^{22}$$

Neste segundo exemplo, a sentença não possui a forma ‘x foi um homem’, então não há de início a assunção de que *existe* um e somente um indivíduo que seja autor de Waverley. Ele desejava saber *se existe um autor de Waverley e se Scott era esse autor*. A própria proposição afirma que George IV deseja saber se existe algum homem que é autor de Waverley e se houver esse indivíduo em específico, ele quer saber se ele por acaso é Scott.

Assim, a principal distinção entre essas ocorrências é que, na primeira, existir um objeto que satisfaça essa descrição é necessário, e na ocorrência secundária não há essa implicação.

2.5 Enigmas e a solução russelliana

Diante das definições apresentadas até aqui, torna-se mais fácil abordar os enigmas expostos por Russell, bem como a solução de cada um deles através de sua teoria.

Iniciamos com a seguinte citação:

Russell argumentou com base nos quebra-cabeças que as descrições definidas têm e contribuem com significados que vão além apenas de seus referentes. Sua Teoria das Descrições, como desde então tem sido chamada e capitalizada, assume a forma de uma definição contextual da palavra “o” como ocorre em descrições definidas típicas. Ou seja, em vez de definir a palavra explicitamente (como você faria para completar a fórmula, “The = def ...?”), Russell oferece uma receita para parafrasear tipos padrão de sentenças inteiras contendo “the”, de tal forma para exibir o papel de “o” indiretamente e revelar o que ele chamou de “formas lógicas” das sentenças. (LYCAN, 2008, p. 13, tradução nossa).

Neste sentido, surgem alguns questionamentos: como formalizar frases expressas em linguagem natural para que se revelem a sua verdadeira estrutura lógica? Melhor ainda, como descobrir a forma lógica da linguagem? O principal foco de Russell é lidar com o conhecimento por descrição, isto é, através das descrições definidas. É dessa forma que será possível evitar a

²² Novamente, numa leitura semiformal, (15) poderia ser entendida como: ‘ $G(\exists x (x \text{ escreveu Waverley e } \forall y ((y \text{ escreveu Waverley} \rightarrow (y = x)) \wedge x = \text{Scott})))$ ’. Quando o quantificador existencial não vem no início da forma, não estamos afirmando a existência de algo de maneira direta. Na verdade, em primeiro plano vem a curiosidade ou crença de George IV. Veremos isso mais detalhadamente na próxima seção.

“confusão” que há entre a gramática da linguagem natural e a estrutura lógica. Dito isso, vejamos os enigmas e como a teoria das descrições lida com cada um deles.

De acordo com Russell (1978), há três enigmas que uma boa teoria precisa dar conta para ser considerada satisfatória. As teorias apresentadas por G. Frege e A. Meinong falharam – segundo Russell – pois não solucionaram satisfatoriamente esses três pontos. São eles:

- a) Enigma da identidade (problema de Frege ou substituição dos idênticos);
- b) Enigma da não-contradição;
- c) Enigma dos existenciais negativos (ou não existentes).

O primeiro deles, o enigma da identidade, já foi apresentado de maneira breve na introdução quando falamos resumidamente sobre a teoria semântica e o problema de Frege. Ainda assim, apresentarei novamente a resolução russelliana a fim de expor de maneira mais detalhada.

Diferenciando a linguagem natural de uma linguagem lógica, a ideia russelliana é basicamente eliminar as descrições definidas de maneira que consigamos colocar as expressões em sua forma lógica para retirar a ambiguidade que a linguagem natural apresenta. Dessa forma, ele mostra de que maneira devemos formalizar frases expressas na linguagem natural para assim revelarem a sua estrutura lógica.

O esquema de Russell para as descrições definidas considera as seguintes informações na análise das sentenças contendo descrições definidas:

- a) Existência (de algo que satisfaça a descrição)
- b) Unicidade (daquilo que satisfaz a descrição)
- c) A propriedade afirmada (acerca daquilo que satisfaz a descrição)

Para exemplificar, vamos analisar a sentença abaixo:

(16) O goleiro da seleção rubro-negra é tatuado.

Por uma perspectiva russelliana, afirmar (16) é o mesmo que afirmar implicitamente três proposições juntas:

(16a) Existe pelo menos um indivíduo que é goleiro da seleção rubro-negra;

(16b) Existe no máximo um indivíduo que é goleiro da seleção rubro-negra;

(16c) Se alguém é goleiro da seleção rubro-negra, então é tatuado.²³

A vantagem da teoria é que, para que a sentença seja verdadeira, faz-se necessário que as três proposições implícitas sejam verdadeiras; se pelo menos uma for falsa, a proposição geral (16) se torna falsa também. As duas primeiras sentenças juntas (16a e 16b), atestam que existe apenas um indivíduo – nesse caso, um homem – que é goleiro do Flamengo. Já (16c) afirma, acerca desse indivíduo, que é tatuado, e, reunindo tudo, só podemos afirmar (16) se e somente se existe um único indivíduo que é goleiro do Flamengo, e se este é tatuado. Senão, trata-se de uma sentença falsa.

A aparência gramatical da proposição geral parece expressar uma proposição atributiva singular (do tipo ‘S é P’), mas não é o que ocorre. O que está sendo expresso na verdade é algo como o que vimos na seção 2.4 quando falamos a respeito de função proposicional. No caso, feita a devida análise lógica de (16), o que está sendo expresso na verdade é o seguinte:

(17) Existe pelo menos um x, tal que x é goleiro da seleção rubro-negra e qualquer que seja y, se y é goleiro da seleção rubro-negra, então $y = x$; e, além disso, x é tatuado.

O artigo ‘o’ que era responsável por garantir a unicidade do goleiro do Flamengo, desapareceu, por assim dizer, nessa nova forma. Sendo assim, restou apenas a propriedade de ser tatuado, corroborando a afirmação de que não estamos lidando com sentenças atributivas (no estilo aristotélico); afinal, ser tatuado não é uma qualidade que somente este indivíduo possui.

Formalizando a sentença (17), temos:

(18) $\exists x (G(x) \wedge \forall y ((G(y) \rightarrow (y = x)) \wedge T(x)))$ ²⁴

Ao eliminar a descrição na forma lógica, não há mais nada que obrigue a existência de um referente e nem mesmo qualquer exclusividade de um referente para determinada descrição definida, caso exista. O termo singular ‘o goleiro da seleção rubro-negra’ desaparece e assim, não necessariamente existe um objeto com características específicas (acerca do qual estamos afirmando algo); e, caso não exista, isso não mais configura um problema lógico, pois a

²³ Tomei como base a didática explicação de Thomas Simpson (1979, p. 92).

²⁴ Em que ‘ $\exists x$ ’ é um quantificador existencial, ‘G’ significa ‘goleiro (da seleção rubro-negra)’, ‘ $\wedge$ ’ é um operador de conjunção e ‘ $\forall y$ ’ é um quantificador universal.

sentença simplesmente seria falsa, respeitando assim a perspectiva clássica de que, dada uma sentença qualquer, ou ela é verdadeira, ou é falsa – sem recursos *ad hoc* ao estilo de Frege.

Dito isto, podemos nos concentrar nos enigmas que Russell afirma que a teoria das descrições definidas resolve. Para explicar o problema da identidade ou da substituição dos idênticos, usarei como exemplo o protagonista da série *Breaking Bad* ²⁵. Para contextualizar, Walter White é um pai de família e professor de química, que após descobrir um câncer, começa a fabricar e vender metanfetamina para conseguir dinheiro. A partir disso, como uma maneira de esconder seu nome verdadeiro, surge o *alter ego* de White: Heisenberg, considerado o maior traficante da região e conhecido por cozinhar cristal azul. Assim, poderíamos afirmar:

(19) Walter White é o traficante de cristal azul.

Walter de fato é um narcotraficante diferenciado pela pureza de sua droga azul na série. Então, se analisarmos (19) como uma relação de identidade (entre dois nomes próprios, como queria Frege), ela também poderia ser expressa por:

(20) Walter White é Walter White.

Mas, se de fato (19) e (20) expressassem a mesma proposição, elas poderiam ser consideradas a mesma sem a necessidade de explicações prévias. Porém, não é o que ocorre. Em (19) estamos lidando com uma informação nova, isto é, ' $a = b$ ', e em (20) não há nenhuma novidade, pois apenas reafirma a relação de identidade que toda coisa possui consigo mesma (' $a = a$ '). Frege resolve essa diferença cognitiva postulando um sentido intermediário entre os nomes e suas referências; porém, essa solução, como vimos, não é satisfatória para Russell.

Como vimos anteriormente, na perspectiva de Russell, as expressões denotativas não significam nada de maneira independente; logo, 'o traficante de cristal azul' não significa o mesmo que 'Walter White' – na realidade, não significa coisa nenhuma isoladamente. Nesse caso, essa expressão denotativa só funciona no nível semântico como contribuição parcial para a formação do significado de uma sentença. Formalizando (19) temos:

(21) $\exists x (T(x) \wedge \forall y ((T(y) \rightarrow (y = x)) \wedge (x = w)))$ ²⁶

²⁵ Sony Pictures Television, 2008.

²⁶ Leia-se algo como: 'Existe um x tal que x é traficante de cristal azul, e qualquer que seja y , se y é traficante de cristal azul, então $y = x$, e $x = \text{Walter White}$ '. A convenção implícita é ' $T(x)$ ' para ' x é traficante de cristal azul', ' w ' para ' Walter White '.

Assim, Russell acredita ter resolvido o enigma de Frege; pois, além disso, dentro de um contexto de crença ou da curiosidade de alguém, essas afirmações também deveriam significar a mesma coisa.

Para exemplificar, tomemos como exemplo um outro personagem da série mencionada. Hank, policial e cunhado de Walter White, está à procura de Heisenberg, o maior traficante da região. Porém, ele não possui ciência de que Walter e Heisenberg são a mesma pessoa. Diante disso, poderíamos afirmar as seguintes frases:

(22) Hank acredita que Walter White não é o traficante de cristal azul.

(23) Hank acredita que Heisenberg é o traficante de cristal azul.

Ambas as afirmações são verdadeiras na crença de Hank e não caracterizam contradição alguma dentro deste contexto; pois, apesar de serem a respeito da mesma pessoa, Hank não percebeu que Walter White era Heisenberg. Então, se trocássemos ‘Walter’ por ‘Heisenberg’, a crença não seria preservada; pois, ainda que eles possuam a mesma referência, não é nisso que Hank acredita. Dessa forma, ‘Heisenberg’ não pode *significar* o mesmo que ‘Walter White’; pois, não dá para saber *a priori* que denotam a mesma coisa.²⁷

Resolvido o primeiro enigma, o segundo que Russell afirma resolver através de sua teoria é o enigma da não-contradição. Segundo Simpson (1976, p.188), o princípio da não-contradição é um princípio lógico que não permite, como sua consequência, que duas proposições (uma sendo a negação da outra) sejam ambas falsas, pois uma delas tem que ser verdadeira. Tomemos como exemplos:

(24) O objeto triangular e não triangular é triangular.

(25) O objeto triangular e não triangular não é triangular.

Uma dessas duas afirmações precisa ser verdadeira; afinal, na lógica proposicional bivalente, não há uma terceira possibilidade. A solução para essa questão é simples quando aplicada à teoria das descrições. Ora, de acordo com Russell, além de Meinong ter errado em assumir objetos contraditórios e não existentes como objetos possíveis *para o discurso*, ele considera como principal problema ferir esse princípio lógico e o refuta ao afirmar que basta analisar uma sentença de cada vez.

²⁷ Aliás, essa é uma razão para que depois Russell considere nomes gramaticais, como ‘Heisenberg’ e ‘Walter White’, enquanto funcionando como descrições definidas abreviadas.

A análise lógica delas, respectivamente, é como se segue:

(26) Existe um x tal que x é triangular e não triangular, e qualquer que seja y , se y é triangular e não triangular, então $y = x$, e, além disso, x é triangular.

(27) Existe um x tal que x é triangular e não triangular e qualquer que seja x , se y é triangular e não triangular, então $y = x$, e, além disso, x não é triangular.

Diante disso, (24) e (25) são ambas obrigatoriamente falsas; pois, não existe sequer um objeto que seja contraditório. Não há como as sentenças representadas acima serem verdadeiras; pois, seria o mesmo de admitir que A (seja qual for seu significado) é B e ao mesmo tempo que A não é B . Ao fazer a análise lógica, Russell evidencia tal questão e aponta esta solução. É por este motivo que ele discorda da teoria de Meinong, quando este afirma que há como falar de e admitir objetos contraditórios. Isto seria irracional e intolerável, de acordo com Russell.

O terceiro enigma é a respeito dos existenciais negativos. Como falar das propriedades de uma entidade que não existe? Não é possível inferir algo sobre o nada, sobre o vácuo; ao falar a respeito de um objeto determinado, pressupõe-se que existe uma coisa que corresponde – ainda que não exatamente igual – à fala proferida. Tomemos como exemplo:

(28) O atual rei do Brasil é careca.

O problema maior aqui é como conciliar (28) com o princípio do terceiro excluído, segundo o qual, aquela afirmação ou é verdadeira ou é falsa²⁸. Em outras palavras, para ser verdadeira, o rei do Brasil teria que ser careca; falsa, se ele não for careca. Desde 1889, o Brasil deixou de ser monarquia e se tornou uma república, então falar sobre um rei no Brasil é um erro por si só, no sentido russelliano. Apesar disso, (28) pode ser enunciada tranquilamente e até mesmo conseguimos imaginar um rei careca, ainda que não haja um.

No caso da proposição (28), a análise russelliana admite que não é o mesmo que falar sobre determinado indivíduo que ele é careca, mas significa que a sentença precisa ter três assertivas verdadeiras, do contrário, (28) será falsa. O conteúdo por trás da sentença é como o que se segue:

²⁸ O princípio em questão admite uma formulação sintática e outra semântica (como a usada no texto acima). Não entrarei na questão se são equivalentes ou não.

- (28a) Existe pelo menos um indivíduo que é atual rei do Brasil (existência);
- (28b) Existe no máximo um indivíduo que é atual rei do Brasil (unicidade);
- (28c) Se alguém é atual rei do Brasil, é careca (posse da propriedade).

Esta análise resolve também esse terceiro enigma; pois, nesta sentença, segundo Russell, a afirmação (28) é falsa, uma vez que obviamente a primeira das três afirmações (28a) já é falsa. Em resumo, quando aparece uma descrição definida em uma sentença, a análise lógica dessa descrição causa seu desaparecimento. Pela análise russelliana, não precisamos da existência de um objeto para usar uma descrição definida (na linguagem natural), e sempre que essas descrições definidas aparecem em uma sentença, elas apenas aparentam falar de determinado indivíduo, mas, na realidade, contêm uma afirmação existencial que pode ser falsa.

Em resumo, este capítulo buscou mostrar alguns aspectos principais da teoria das descrições definidas proposta por Russell. Concluindo, a principal ideia é demonstrar o porquê de Russell acreditar que somente através dela é possível resolver devidamente os problemas lógicos apresentados, bem como, que só há como defender a existência ou a unicidade de objetos, se houver como sustentar tal afirmação logicamente.

3 A PERSPECTIVA PRAGMÁTICA DE DONNELLAN

No artigo *Referência e descrições definidas* de Keith Donnellan (2017), as teorias de Russell e Strawson são alvos de críticas.²⁹ De acordo com o autor, nenhuma delas conseguiu explorar e responder satisfatoriamente a questão das descrições definidas. Uma definição simplificada a respeito deste assunto apresentada por Donnellan (2017, p. 116) diz que a descrição definida seria uma função das intenções do falante, que varia em cada caso particular. Conforme a teoria de Russell apresentada no capítulo anterior, as descrições definidas não são expressões referenciais e não possuem significado em si.

Segundo Russell, ao dizer ‘o atual rei do Brasil’, não estou me referindo a um indivíduo, mas expressando que determinada propriedade (‘ser rei do Brasil’) é satisfeita por exatamente um indivíduo (condição de unicidade), e por isso, a descrição precisa ser analisada no contexto da sentença que a contém (e que dirá algo acerca desse indivíduo que satisfaz aquela propriedade – por exemplo, de que ele é careca). Apenas os nomes próprios, entendidos em sua acepção lógica, possuem a capacidade de referir-se a algo particular de maneira direta. Segundo ele, as descrições definidas não denotam e não possuem a capacidade de referir; pois, isso é função única e exclusiva dos nomes (apenas eles são capazes de se referir diretamente a algo ou alguém).

Enquanto na concepção russelliana, ‘denotar’ e ‘referir’ significavam a mesma coisa, Strawson defende que “ ‘mencionar’ ou ‘referir’ não é algo que uma expressão faça, é algo que alguém pode fazer ao utilizar uma expressão” (STRAWSON, 1975, p. 270). Em sua teoria, as descrições definidas são *usadas* de forma referencial, mas as expressões em si não são referenciais. Se a sentença ‘o atual rei do Brasil é careca’ é proferida, não estamos *afirmando* de maneira implícita condições de unicidade e existência, como em Russell. Na verdade, estamos sim falando de um indivíduo em específico, é exatamente aquilo o que queremos falar e não “de quem quer que seja” este indivíduo. Seguindo a mesma linha de raciocínio de Strawson, Donnellan concorda que denotar e referir são coisas distintas.

A argumentação de Donnellan inicia com o objetivo de demonstrar que não é necessário fazer uso de nomes próprios para se falar sobre algo ou alguém específico. Para tanto, apresenta sua teoria da maneira mais clara possível. Diferente de todo o rigor técnico apresentado por Russell, temos agora exemplos didáticos ao longo de todo o texto para esclarecer o seu

²⁹ No caso desta pesquisa, a crítica a Strawson não será explorada minuciosamente, apenas a crítica de Donnellan a Russell.

pensamento. Por este motivo, tomamos a liberdade de da mesma forma utilizar os exemplos do próprio autor para explicação e outros para demonstrar como essas descrições funcionam em outras sentenças, durante todo o presente capítulo.

Afirma ele:

As descrições definidas, argumentarei, têm duas possíveis funções. Elas são usadas para se referir aquilo sobre o qual um falante deseja falar, mas também são usadas de forma bastante diferente [...] ocorrendo em uma e mesma sentença pode, em diferentes ocasiões de seu uso, funcionar de ambas as maneiras. (DONNELLAN, 2017, p. 102)

Assim, Donnellan introduz um refinamento a respeito das descrições, a saber, que elas possuem dois usos: atributivo e referencial. Neste ponto, o autor argumenta que o problema de Russell em relação às descrições definidas foi considerar apenas o aspecto semântico sem levar em consideração os usos que fazemos em nosso cotidiano, o lado mais pragmático. Enquanto Russell usou os nomes próprios para se referir a particulares, Donnellan defende que não há necessidade de sempre usar esses nomes, pois bastava Russell reconhecer um segundo tipo de uso para as descrições definidas.

Tanto a teoria de Strawson quanto a teoria de Russell, segundo Donnellan, possuem falha por não reconhecerem que as descrições admitem esses dois usos. O uso referencial das descrições definidas foi reconhecido por exemplo, por Strawson, mas ele não elaborou que elas podem inclusive ser usadas de maneira não referencial. Em contrapartida, Russell não reconheceu o uso referencial e, por não pensar em lidar com as duas funções, acreditava na dificuldade de um particular ser alcançado através de uma descrição definida. Por conta disso, Donnellan afirma estar neutro em relação a qualquer uma das duas teorias, pois ambas estavam equivocadas sobre as descrições.

A respeito dos usos das descrições, Donnellan (2017, p. 111) afirma: “Tanto o uso atributivo quanto o uso referencial de descrições definidas parecem embutir o pressuposto ou implicação de que há algo que satisfaz a descrição. Mas as razões para a existência do pressuposto ou implicação são diferentes nos dois casos”. Veremos essas razões nas seções a seguir.

3.1 Uso atributivo

Nesta seção, veremos a respeito do uso atributivo e seu funcionamento em sentenças declarativas. Donnellan introduz duas funções – o uso atributivo e o uso referencial – como uma proposta inovadora e uma solução para o problema das descrições definidas. Ele distingue

esses usos da seguinte maneira: "No uso atributivo, o atributo de ser exatamente isto ou aquilo é de todo importante, enquanto no uso referencial, não" (DONNELLAN, 2017, p. 106).

No uso atributivo, encontramos semelhanças com a abordagem lógica de Russell em relação às proposições; pois, o falante faz uma afirmação sobre algo que satisfaz essa descrição. Para fazer esse uso, é necessário que o atributo esteja presente na pessoa ou coisa a que se refere, independentemente de quem ou o que seja. Donnellan ilustra essa explicação com exemplos, sendo o caso do assassinato de Smith um dos mais conhecidos.

Usando o exemplo do autor, suponhamos que saímos na rua e vimos o vizinho que se chama 'Smith' assassinado, sem indícios de quem seja o assassino. Conhecendo a vítima e sabendo de sua boa índole, mesmo que não conheçamos a pessoa que cometeu aquele crime, não seria irracional proferir a seguinte sentença.

(29) O assassino de Smith é insano.

No momento em que proferimos (29), fizemos um uso atributivo da descrição definida 'o assassino de Smith'. Através da informação que obtivemos a respeito do crime, fizemos tal afirmativa sobre o autor, pois não possuímos nenhuma informação a respeito de quem matou Smith. Nesse caso, não foi preciso ter um contato com o objeto ou coisa que estamos falando; pois, não estamos nos referindo de maneira direta a ele(a). Então, se não houver um assassino (supondo que, por exemplo, Smith na verdade cometeu suicídio), simplesmente não existiria algo ou alguém a quem a insanidade fosse atribuída.

Sobre a identificação de objetos, Brito (2003, p. 115 - 116) afirma que

Para identificar um objeto, temos de nos concentrar em seus atributos, do mesmo modo que só podemos comparar dois objetos comparando seus atributos. E se o objeto não está presente, o procedimento de identificação e comparação é ainda o mesmo, só que, nesse caso, comparamos as propriedades que reconhecemos como pertencendo ao objeto que é tomado como o referente do nome e não as propriedades que poderíamos perceber no objeto, já que ele não está disponível para a percepção.

Dessa forma, o uso atributivo reconhecido por Donnellan não encontra problemas em não estar na presença do objeto para falar sobre ele; pois, se a descrição está sendo usada de maneira atributiva e não existe nada que satisfaça a descrição, ela é simplesmente falsa. Outro exemplo que podemos usar sobre esse uso é o que se segue:

(30) O jogador com a camisa 10 é o artilheiro do time.

Em (30), há uma atribuição de propriedade ao jogador mencionado no exemplo. Nesse caso, não existe uma referência a um jogador específico – por exemplo, não é uma referência a Pelé ou Maradona; mas, a expressão (30) está descrevendo uma propriedade ou atributo que qualquer jogador com a camisa 10 pode possuir. Na hipótese de que exista apenas um jogador que esteja usando a camisa 10, a referência atributiva estaria então se referindo de maneira direta àquele jogador. Mas, se há mais de um jogador que usa essa camisa, então a referência atributiva engloba todos os jogadores que têm a mesma propriedade: usar a camisa 10, e, além disso, de ser artilheiro do time.

Neste sentido, quando as descrições definidas são usadas de maneira atributiva, não há uma indução ao erro, pois não há uma referência a uma pessoa ou coisa específica; no caso dos exemplos, não estamos falando de Jones ou de Pelé. Assim, o pressuposto mencionado ao fim da seção anterior (de que algo satisfaz a descrição) não acontece aqui da mesma forma que ocorrerá no uso referencial. Segundo Donnellan, o propósito linguístico do ato da fala não seria cumprido se nada satisfizer a descrição e dessa forma quem profere a sentença não estaria dizendo algo verdadeiro. No caso, se (29) for proferida e Smith não possuir um assassino, então não será possível fazer essa identificação, pelo menos não da maneira correta, e consequentemente a sentença seria falsa, já que isso só poderia acontecer se alguém correspondesse a esse atributo.

3.2 Uso referencial

Em relação ao uso referencial, podemos entender que corresponde ao papel atribuído por Russell aos nomes próprios. Nesse uso, o falante se refere a algo; mas, a intenção não é que o objeto ou a pessoa satisfaça exatamente a descrição em questão. A finalidade é fazer com que as outras pessoas com as quais estamos dialogando entendam a quem estamos nos referindo ao dizer, por exemplo, ‘o assassino de Smith é insano’. Nesse caso, a descrição definida funciona apenas como uma ferramenta para chamar a atenção para a pessoa ou coisa a que estou me referindo.

Assim, diferentemente do uso atributivo que foi reconhecido por Russell de outra maneira, neste uso referencial, aquilo a que nos referimos está presente e não é necessário satisfazer à descrição por completo.

Retomando o caso do (suposto) assassinato de Smith, consideremos que esse caso foi levado a julgamento e descobrimos que o suspeito de ter assassinado Smith é um rapaz chamado Jones. Durante o julgamento, Jones apresenta um comportamento esquisito, e é nesse contexto

que proferimos novamente a sentença (29), ou seja, afirmamos que o assassino de Smith é insano.³⁰

Nesse caso, apesar de Jones não ter sido (ainda) considerado culpado, responderíamos tranquilamente, se alguém perguntasse a respeito de quem estávamos falando ao proferir tal sentença, que esse alguém insano é Jones. Repare que não foi necessário Jones se enquadrar exatamente na descrição que usei para falar sobre ele, principalmente porque ainda não há a confirmação de que foi ele quem matou Smith, mas o uso da descrição serviu apenas para facilitar a comunicação com o outro. Pode ser que sequer exista algo que satisfaça essa descrição e na verdade Smith cometeu suicídio.

Quando um falante usa uma descrição definida referencialmente, ele pode ter afirmado algo verdadeiro ou falso, mesmo que nada satisfaça a descrição e que não haja um sentido claro de que a afirmação feita por ele não seja verdadeira nem falsa. (DONNELLAN, 2017, p. 120)

O ponto do uso referencial é que, ao nos referirmos a Jones dessa forma, estamos pressupondo que algo particular satisfaz a descrição que usamos, ou seja, não é quem quer que seja esse algo ou alguém, como no uso atributivo, mas é algo ou alguém específico. Em outras palavras, trata-se daquilo a que o falante está se referindo naquele momento para se comunicar. Além disso, esse uso possibilita à audiência identificar sobre quem ou o quê ele está falando e para declarar algo acerca dessa pessoa ou coisa.

Existem ainda outras diferenças. Uma é a seguinte: quando uma descrição definida é usada referencialmente, não somente existe em algum sentido um pressuposto ou uma implicação de que alguém ou alguma coisa satisfaz a descrição, como também é o caso no uso atributivo, mas existe um pressuposto bastante diferente: o falante pressupõe de algum particular, alguém ou alguma coisa que ele satisfaz a descrição. (DONNELLAN, 2017, p. 109)

Considerando isso, vejamos outro exemplo. Suponhamos que estamos em um show de uma banda de rock, e ela resolveu prestar homenagem a *Guns N'Roses* tocando a música *November rain*. Ao fim da homenagem alguém profere com admiração:

(30) O pianista que tocou *November rain* é fera.

Nesse caso, temos um uso referencial da descrição definida ‘o pianista que tocou *November rain*’, pois (30) indica que o autor está falando de um pianista em particular, aquele

³⁰ Donnellan faz a repetição do exemplo para demonstrar a diferença de um uso para o outro em uma mesma sentença.

que participou da apresentação da música em específico, ainda que por algum acaso, exista algum outro pianista da banda. Outro ponto é que, apesar de o contexto mencionar uma música específica da banda *Guns N' Roses*, o uso referencial da frase não está restrito apenas a fãs da banda ou da música em questão. Qualquer pessoa que tenha assistido à performance e identificado o pianista como talentoso pode compreender e utilizar essa descrição definida referencial para elogiá-lo.

Assim, (30) não é uma afirmação acerca de um pianista quem quer que seja, mas há um pressuposto anterior de que aquele pianista tocou *November rain* e de que ele é “fera”. Nesse caso, quem proferiu (30) poderia inclusive ser acusado de estar mentindo por quem o ouviu e sabe que ele está falando daquele pianista; por exemplo, se a música tocada não era a que ele pensava e sim outra canção da banda, chamada ‘*This I love*’.

Por conta dessas observações e por não existir uma diferença na sentença isoladamente para sabermos qual dos usos das descrições definidas está sendo feito, seria necessário saber se a pessoa está usando aquela descrição de maneira referencial ou qual a referência que ela está usando. Depois voltaremos a essa questão.

Em relação a pressuposição de que algo satisfaz a descrição, no caso do uso referencial, o propósito linguístico do ato de fala pode ser cumprido e, mesmo que não haja nada que satisfaça a descrição, algo verdadeiro pode ser dito. Isso se justifica; pois, quando o falante profere a sentença, normalmente ele possui a intenção de descrever de maneira correta para que os ouvintes consigam entender e identificar a quem ele se refere.

3.3 Descrições definidas em outros contextos de linguagem

Além de mostrar como os usos das descrições definidas funcionam em sentenças declarativas, ele argumenta também que essa diferença acontece em outros usos da linguagem, por exemplo, em contextos de ordem ou de perguntas. Tomando como exemplo a seguinte sentença imperativa:

(31) Traga-me a barra de chocolate que está na geladeira.

Supondo que está em véspera de Páscoa e a casa de uma família está repleta de chocolate, quando uma mãe profere a sentença (31) para o filho. Se esta sentença estiver sendo usada de maneira referencial, a ordem pode ser obedecida pelo filho; pois, se de repente ele abrir a geladeira e não encontrar o chocolate lá, mas olhar ao lado e perceber que na verdade

está em cima da pia, ele poderia levar o chocolate até sua mãe para saber se aquele é o que ela estava pedindo. Nesse caso, a descrição definida foi usada como uma ferramenta para que a pessoa pudesse entender e pegar o chocolate, mesmo que ele não estivesse no local esperado.

Mas, agora considere que ela esteja sendo usada de maneira atributiva e que havia um combinado entre eles de que em hipótese alguma eles poderiam abrir qualquer chocolate (até chegar a Páscoa) que não fosse a barra referida na sentença (31). Pensemos então que seu filho foi até a geladeira e não encontrou o chocolate, pois o seu pai esqueceu de guardar. Assim, não existe a hipótese de o garoto pegar o chocolate dentro da geladeira, sendo que não há e nunca houve um chocolate dentro dela. Quando é esse o caso, a ordem ou o pedido da pessoa (no caso do exemplo, a ordem da mãe) não poderia ser atendido; pois, não há nada que corresponda à descrição usada por ela.

Um outro exemplo, dessa vez um utilizado por Donnellan, é sobre o ‘homem bebendo martíni’. De modo referencial, proferir a seguinte sentença interrogativa sobre uma pessoa que está bem arrumada e segurando uma taça de martíni:

(32) Quem é o homem bebendo martíni?

Ainda que ele não esteja bebendo martíni e que seja outra coisa dentro do copo, a pergunta foi sobre um homem em particular e, como vimos no exemplo anterior, a pergunta pode ser respondida. Neste uso e neste exemplo, a pergunta está sendo acerca de uma pessoa ou coisa em particular, mesmo que não haja nada ou ninguém que satisfaça essa descrição. Estar bebendo martíni não é o principal ponto, mas que entendam a quem a pessoa está se referindo ao proferir a sentença.

Esta mesma sentença (32) também poderia ser proferida de maneira atributiva, supondo que estamos em um evento dos alcoólicos anônimos e que o presidente deste evento ouviu falar que tinha um homem bebendo martíni e profere (32). No momento em que ele profere a sentença, ele não possui ninguém em particular em mente e se a informação chegou de maneira errada e não há ninguém que está bebendo martíni, então ninguém pode ser apontado como a pessoa sobre quem a pergunta foi feita. Já nesse caso, a propriedade de ser o homem bebendo martíni é importante; pois, se não há ninguém com esse atributo, então não há uma resposta direta para a pergunta feita.

3.4 Identificação do uso da descrição definida

No final da seção 3.2, afirmei que para sabermos os tipos de uso, é necessário que saibamos de que modo o falante está usando determinada sentença. Todos os exemplos mencionados no artigo de Donnellan deixam claro que as sentenças sozinhas, sem o auxílio de um falante, não são capazes de nos dizer qual é o tipo de uso que está sendo feito.

A fim de saber se uma pessoa pressupõe que Jones é o assassino de Smith usando a sentença “o assassino de Smith é insano”, temos de saber se ela está usando a descrição referencialmente e a quem ela está se referindo. A sentença por si mesma não nos diz nada disso (DONNELLAN, 2017, p. 109).

Por exemplo, se há a seguinte frase escrita sem qualquer indicativo de uso:

(33) Quem é o professor nesta sala de aula?

Esta sentença pode conter tanto um uso atributivo quanto um uso referencial (da descrição definida ‘o professor nesta sala de aula’). Sendo um uso atributivo, podemos considerar que, em uma das salas de aula de uma escola, está acontecendo uma bagunça generalizada que atrapalha as outras turmas. A coordenadora então é informada e pergunta: “quem é o professor nesta sala de aula?”. Diante disso, a coordenadora naquele momento não possui informação sobre determinado professor. Por este motivo, se ninguém satisfaz essa descrição (a sala pode estar sem professor naquele momento, ele pode ter saído ou mesmo faltado no dia em questão), a pergunta da coordenadora não pode ser respondida diretamente; pois, não há ninguém que possui o atributo de ser professor e de estar naquela sala de aula no momento.

Sendo um uso referencial, podemos considerar que há um homem novo (que as crianças nunca viram) na escola escrevendo no quadro de uma das salas de aula. Quando os alunos chegam em sala, proferem a sentença (33) uns para os outros: “quem é o professor nesta sala de aula?”³¹. Ainda que aquele homem seja na verdade o novo diretor da escola passando apenas para dar um recado, os alunos fizeram uma pergunta a respeito daquele homem presente no momento e não foi necessário ele atender exatamente a descrição que os alunos atribuíram a ele (por exemplo, de ser um professor).

Portanto, é necessário saber a quem o falante está se referindo quando faz uso de uma descrição definida. Apesar disso, mesmo a crença do falante não é exatamente aquilo que irá

³¹ Utilizo a mesma estratégia de Donnellan para esclarecer os tipos de uso em um só exemplo.

determinar a diferença entre os dois usos; pois, no caso do uso atributivo, estamos falando de alguém, quem quer que seja, e não há uma crença sobre alguém específico como no uso referencial. Em outras palavras, a crença não é decisiva para dizer qual o uso feito.

É possível que a descrição definida esteja sendo usada atributivamente, ainda que o falante e o ouvinte acreditem que uma determinada pessoa ou coisa satisfaz a descrição – mas é mais provável, claro, que, se escolhêssemos uma pessoa em particular que satisfaz a descrição, o uso feito seria referencial – assim como, apesar de o uso referencial ser mais provável quando existe uma crença, é possível usar uma descrição definida referencialmente, mesmo quando o falante acredita que nada a satisfaz.

O primeiro exemplo usado por Donnellan para falar sobre esse aspecto de identificação é utilizando a mesma sentença (29) acerca do assassino de Smith. Ele supõe que todos os presentes na audiência sobre este crime acreditam na culpa de Jones e continuam afirmando (29); porém, dessa vez, não há uma afirmação sobre o comportamento dele. Dessa vez, os motivos para dizer que qualquer um que teve coragem de cometer tal crime é insano são proferidos. Smith poderia ser uma pessoa legal e gentil com todos e não possuir aparentemente nenhum motivo para ser morto dessa maneira.

O caso é que, se Jones não for de fato o assassino e na verdade outra pessoa for, Donnellan ainda assim, acha³² que neste caso a descrição definida ‘o assassino de Smith’ em (29) está correta se essa outra pessoa for mesmo insana. Além disso, também acha que a descrição usada é de maneira atributiva, mesmo que haja a crença de que uma pessoa em particular satisfaça a descrição usada.

Um outro caso que ele apresenta é quando o falante não acredita na sentença que ele deseja proferir e é aqui que ele demonstra que de fato não é a crença do falante o fator essencial para descobrir o uso que está sendo feito em dado momento. Usaremos, novamente, uma adaptação de um dos exemplos usados por Donnellan. Podemos supor que haverá em determinado local um show de um cantor que consideramos um “charlatão da música” pois faz uso de *auto-tune* em todas as canções. Dentro dessa suposição, as pessoas que foram assistir aquele show devem acreditar que ele é o cantor. Mas, imaginemos que nós queremos ver esse homem e perguntamos a seus seguranças:

(34) O cantor está em seu camarim?³³

³² Utilizo a palavra ‘acha’ pois é a maneira que está no texto.

³³ Donnellan usa o exemplo de um rei que ele não acredita ser mesmo um rei, mas um usurpador. Daí supõe a pergunta: “o rei está em sua contadoria?”

Ainda que nós não acreditemos na legitimidade da descrição – afinal, o tal “cantor” está longe de ser um astro musical – conseguimos nos referir ao respectivo homem, mesmo sem acreditarmos que ele faz jus à descrição.

Para tanto, nem os seguranças e nem os fãs do “charlatão da música” precisariam realmente acreditar que ele é cantor; pois, ainda assim, ele permaneceria sendo o cantor anunciado naquele show em específico e a referência seria alcançada. Eles podem, por exemplo, fingir que não sabem o que acontece por trás dos bastidores no momento do show. A ideia desse exemplo é mostrar que a descrição definida não precisa ser aprovada por ninguém para ser usada.³⁴ Nem nós falantes e nem mesmo os ouvintes necessitam acreditar que alguém é cantor e ainda assim podemos conseguir nos referir com sucesso aquela referência.

Dessa forma, temos sucesso em falar sobre algo que não acreditamos; pois, o objetivo da comunicação foi alcançado e a pergunta pode ser respondida. Mas, na maior parte das vezes, a nossa intenção ao usar a descrição de modo referencial é falar sobre algo que nós acreditamos; por isso, usamos características que julgamos encaixar exatamente com o objeto a que nos referimos.

Se de repente eu cometo um engano e forneço uma descrição que não condiz com o objeto ou pessoa a quem eu pretendia me referir, há então uma indução ao erro da parte do falante para o ouvinte. Donnellan mostra também, em relação ao uso referencial, que possuímos dificuldade em falar sobre afirmações alheias. Por exemplo, quando alguém faz uma afirmação sobre algo que é verdade de acordo com a crença dela, mas sabemos que aquela informação não é totalmente verdadeira na realidade. Segundo ele, o problema não é exatamente a falta de veracidade da fala, às vezes o falante está falando algo verdadeiro, mas usa a descrição errada.

3.4.1 Outros tipos de uso?

Além desses dois usos que a descrição pode ter, há outros tipos de uso que não parecem estar sendo feitos de maneira referencial e nem atributiva. Falaremos a respeito deste uso de maneira breve; pois, apesar de Donnellan afirmar que esses usos não são interessantes, também aponta que é necessário falar a respeito deles para então jogá-los para escanteio. De acordo com ele, esse uso é reconhecido através da estrutura da sentença que a descrição estiver. Analisemos por exemplo a seguinte pergunta:

³⁴ No sentido de que ninguém precisa acreditar que existe algo que satisfaz aquela descrição.

(35) Lula é o rei do Brasil? ³⁵

Uma criança ou um adolescente por exemplo, quando estão começando a aprender sobre política, poderiam fazer esta pergunta, pois não sabem se Lula é rei ou presidente do Brasil. Nesse caso, elas não querem dizer que existe de fato um rei no Brasil e que alguém é esse rei, muito menos estão tentando se referir a Lula através do uso da descrição definida; a intenção é apenas tirar a dúvida.

Mas, Donnellan mostra que se trocássemos a posição da descrição definida e a frase ficasse:

(36) O rei do Brasil é Lula?

Pareceria que há a assunção de um referente para esta descrição. No entanto, (36) seria uma pergunta natural, caso alguém quisesse saber se Lula é quem ocupa o trono e não qualquer outra pessoa. Ele apresenta essa questão antes mesmo de falar sobre os usos que já mostramos. Resolvi explanar essa questão apenas após falar a respeito daqueles usos (atributivo e referencial), para que haja menos confusão no entendimento dos usos que de fato são interessantes na perspectiva de Donnellan.

Em resumo, a ideia aqui é que há casos em que não há pressuposto algum de que algo satisfaz a descrição usada no momento. Além disso, se o falante que faz uso dessas descrições sabe das condições mencionadas, então ele também não quer se referir a alguém. Assim, as descrições usadas nesse caso não pressupõem uma referência e, por isso, Donnellan não se preocupa com elas.

Ao elucidar esses outros tipos de uso apresentados nesta subseção, Donnellan encerra dizendo que essa questão deve ser resolvida de forma detalhada. Segundo ele, Strawson e Russell não fizeram essa análise minuciosa e por conta disso, ele acredita que eles tenham errado. A partir daí, foi que ele iniciou sua defesa sobre os pressupostos e implicações que uma descrição definida traz consigo e apresentou a distinção já discutida no presente trabalho.

³⁵ Novamente, esta é uma adaptação do exemplo usado por ele.

3.5 Dificuldades com a teoria russelliana

Donnellan, em sua argumentação, destaca que Russell não reconhecia as duas funções mencionadas anteriormente em relação às descrições definidas. É provável que Russell considerasse apenas o uso atributivo ao lidar com a análise lógica das sentenças. No entanto, essa abordagem lógica dele fazia com que os usos referenciais fossem ignorados.

Para demonstrar, vamos analisar rapidamente a seguinte sentença, levando em consideração os dois usos apresentados por Donnellan e a concepção russelliana:³⁶

(37) O atual rei da França é careca.

Nesse caso, vimos que Russell defende que uma análise lógica deve ser feita para vermos o que há por trás da sentença e se quisermos saber sobre a condição de verdade dela. Porém, independentemente de esta sentença ser verdadeira ou falsa quando fazemos o uso atributivo (que Donnellan acredita ser reconhecido por Russell), ela jamais seria verdadeira para o uso referencial da maneira que Donnellan defende, uma vez que, não há um rei que esteja sendo apontado, sendo impossível uma caracterização correta desse uso.

A definição de Russell de denotação (uma descrição definida denota uma entidade se essa entidade satisfaz a descrição unicamente) é claramente aplicável aos dois usos de descrições definidas. Assim, quer uma descrição definida seja usada referencialmente ou atributivamente, ela pode ter uma denotação. Desse modo, denotar e referir-se são distintas e a perspectiva de Russell reconhece apenas o primeiro. (DONNELLAN, 2017, p. 112)

Por conta dessa definição de Russell a respeito da denotação, Donnellan argumenta que não importa de qual forma a descrição definida está sendo usada, seja de maneira atributiva, seja de maneira referencial, ela pode ter denotação sem estar necessariamente referindo. O fato é que se denotar e referir fossem a mesma coisa, poderíamos falar a respeito de algo sem conhecer.

Há um exemplo que ele usa no texto relacionado às eleições. Fazendo uma adaptação de seu exemplo com o intuito de torná-lo mais atual, suponhamos que em 2014, logo após Dilma vencer as eleições presidenciais alguém afirma o seguinte:

³⁶ A intenção aqui não é fazer novamente a análise russelliana, pois já apresentamos no capítulo anterior. Queremos apenas mostrar um dos problemas que Donnellan aponta em relação ao assunto.

(38) O candidato a vencer as eleições de 2018 será um conservador.³⁷

Mas, quando (38) foi proferida era apenas uma especulação, provavelmente baseada em pesquisas que apontavam o que as pessoas – ironicamente – desejavam futuramente. Atualmente, sabemos que quem ganhou as eleições presidenciais do ano de 2018 foi realmente um homem considerado conservador, que até o ano de 2022 era o presidente do Brasil. Logo, essa pessoa estava certa quando proferiu (37) e a descrição definida ‘o candidato a vencer as eleições de 2018’ deveria denotar o indivíduo eleito de fato.

Acontece que, quando a sentença foi proferida, provavelmente o falante não pretendia ter se referido especificamente a Bolsonaro, pois era improvável que ele soubesse naquele momento que este venceria as eleições. Nesse caso, existe sim uma denotação como Russell defendia; porém, ela foi usada apenas de maneira atributiva, não houve uma referência ao próprio Bolsonaro, independentemente de ele ter vindo a ganhar ou não as eleições de 2018.

Podemos afirmar que as descrições definidas podem inclusive não referir. Assim, Russell não representou de maneira correta esse uso das descrições definidas; pois, ele desconsiderava o uso referencial, como vimos nos exemplos supracitados. Ainda assim, a teoria russelliana em relação a expressão referencial genuína não é completamente errada de acordo com Donnellan; pois, muito do que Russell falava a respeito dos nomes próprios remete a características do uso referencial.

A questão colocada é que eu consigo falar sobre o que o outro disse, sem necessariamente usar a mesma descrição, bastando usar outro nome que corresponda também ao que pretendo me referir. O que está sendo levado em consideração é o aspecto mais pragmático, não preciso me deter apenas na descrição dada, como afirmava Russell. Assim, a semelhança com os nomes próprios (apresentados por Russell em sua teoria das descrições definidas) é identificada. “Ora, os nomes próprios são, pelo menos num aspecto, essencialmente diferentes de descrições: eles não se prestam a descrever seus referentes, mas apenas a denotá-los.” (BRITO, 2003, p. 112)

Além disso, segundo Donnellan, as descrições definidas usadas por Russell carregam muita generalidade, tendo em vista que, quando há algo que pode ser referência da minha descrição, é sempre algo muito fraco se levarmos em consideração que a forma lógica falada é em certo sentido abrangente a “qualquer que seja”. Para falar de algo geral, basta fazer um uso

³⁷ Ele utiliza ‘o candidato republicano a presidente em 1964 será um conservador’.

atributivo da descrição, sem a necessidade de todo o jogo de cintura russelliano para dar conta da unicidade.

No entanto, se meu objetivo é falar a respeito de algo mais particular, posso simplesmente usar uma descrição referencial que facilite minha comunicação sem qualquer prejuízo. A questão que surge é: como expressar que concordamos com o falante original sem que deixemos impressões erradas a respeito do que acreditamos? Donnellan aponta isso como uma dificuldade do uso referencial:

[...] dificuldade em falar simplesmente sobre a “afirmação” quando descrições definidas são usadas referencialmente. Pois o falante disse algo sobre uma pessoa em particular, e podemos supor verdadeira essa sua afirmação. No entanto, não gostaríamos de concordar com sua afirmação usando a sentença que ele usou; não gostaríamos de identificar a verdadeira a afirmação. (DONNELLAN, 2017, p. 118)

Neste ponto, o autor apresenta outra diferença importante a respeito dos usos das descrições. No caso da descrição referencial, podemos reproduzir o que o falante disse concordando com ele e substituindo a descrição usada por outra que a satisfaça, sem que isso altere a sua condição de verdade. Ele utiliza um exemplo do artigo de Leonard Linsky para se opor a ideia de Strawson; porém, veremos o exemplo apenas para abordarmos sua objeção à teoria russelliana³⁸.

Suponhamos que há uma mulher que parece muito feliz e com saúde. Por conta disso, um homem que acredita que essas qualidades pertencem a pessoas que possuem um relacionamento amoroso saudável com seus cônjuges profere:

(39) Seu cônjuge é gentil com ela.

Mas, o que esse homem não sabe é que ela não está em um relacionamento amoroso. Atributivamente, se ela não possui alguém, não é possível escolher uma pessoa para se referir. Apesar disso, o falante realmente acreditava que alguém era seu cônjuge, mas se o uso de ‘seu cônjuge’ era apenas uma maneira de se referir a alguém que este homem acabou de conhecer e supôs estar casado com a mulher.

Dessa forma, diante desses dois usos, se o falante afirma (38) e está fazendo um uso referencial e não satisfaz ao que foi referido, é completamente possível que reproduzamos

³⁸ Donnellan afirma que concorda com a maior parte das colocações do artigo *Reference and Referents* de Linsky (1963).

aquilo que o falante disse, concordando com ele, mas usando uma descrição que satisfaça.³⁹ Isso ocorre em nosso cotidiano quando, por exemplo, alguém afirma algo que achamos absurdo e podemos ser irônicos a respeito daquela atribuição, seja repetindo com indiferença ou adaptando para outra que se encaixe.

Donnellan (2017, p. 120) encerra esta parte afirmando que “quando um falante usa uma descrição definida referencialmente, ele pode ter afirmado algo verdadeiro ou falso, mesmo que nada satisfaça a descrição e que não haja um sentido claro de que a afirmação feita por ele não seja verdadeira nem falsa.”

Por fim, o autor faz uma análise daquilo que seria uma expressão referencial genuína a partir do pensamento de Russell. Donnellan relembra os pontos em discordância com Russell em relação as descrições definidas, sobretudo em contextos de comunicação. Para tanto, o autor termina sintetizando dois pontos cruciais para compreendermos melhor ainda a sua intenção com a teoria apresentada até aqui.

O primeiro ponto é quando, por exemplo, em uma roda de amigos, aquilo que o falante diz é reproduzido por uma outra pessoa presente, porém, substituindo a descrição usada pelo falante original por outra descrição ou nome (que essa pessoa prefira) e ainda assim, chegar ao mesmo objetivo.

Donnellan aborda esse primeiro aspecto com êxito argumentando que a maneira que ele analisa as descrições definidas, principalmente em seu uso referencial, demonstra que não é necessário fazer uso de nomes próprios para conseguir falar a respeito de coisas individuais, basta acrescentar outro uso na descrição. Além disso, demonstra que a preocupação que ele possui consiste em facilitar a comunicação.

Isso parece dar um sentido a nossa preocupação com a coisa em si e não apenas a coisa sob certa descrição, quando reproduzimos o ato linguístico de um falante usando uma descrição definida referencialmente. Ou seja, tal descrição definida se aproxima da função dos nomes próprios de Russell mais do que ele mesmo supôs (DONNELLAN, 2017, p. 121)

O segundo e último ponto apresentado por ele, afirma que aparentemente, para Russell, todas as vezes que o nome próprio não é usado – como vimos na seção 2.3 de nosso trabalho – e em seu lugar acrescentamos uma descrição definida, ocorre uma generalidade. No primeiro capítulo quando analisamos a teoria de Russell, observamos que as descrições definidas sempre possuem proposições gerais em sua composição. O problema disso para Donnellan, é que se

³⁹ Além disso, também não é necessário que o falante concorde com essa “adaptação”.

houver alguma referência nas descrições defendidas por Russell, esta seria muito fraca e é algo que o uso atributivo faz.

Em resumo, no uso referencial,⁴⁰ o que importa é que façamos uso de descrições que os ouvintes e os falantes consigam se comunicar de maneira fácil e de modo que o ouvinte consiga identificar e compreender do que se trata aquilo que o falante diz. Portanto, este capítulo buscou mostrar que as descrições definidas refinadas por Donnellan podem funcionar como nomes próprios, desde que sejam analisadas possuindo mais de um uso. Para concluir, não está em jogo apenas satisfazer determinada descrição, mas perceber se a comunicação está ocorrendo corretamente entre o falante e seu público.

⁴⁰ Considerado o uso mais importante nesta pesquisa, levando em conta que a teoria russelliana foi considerada insuficiente justamente por não o reconhecer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou mostrar as discussões que permeiam as descrições definidas nos aspectos semântico e pragmático, desenvolvendo uma análise das teorias de Russell e Donnellan, respectivamente. Evidentemente, tanto a abordagem do ponto de vista da filosofia da linguagem formal, quanto a da filosofia da linguagem ordinária, são relevantes para a compreensão do tema. Porém, com base nas análises de ambos os pontos de vista em relação às descrições definidas, é possível chegar a uma conclusão que valorize os argumentos apresentados por Donnellan. Voltando as questões apresentadas, ele deixa claros três pontos.

O primeiro deles é que não é necessário recorrer a um nome próprio para falar sobre algo em particular. Como vimos no terceiro capítulo, Donnellan acrescenta um segundo uso para as descrições definidas, que ele chama de uso referencial. Este uso não foi reconhecido por Russell e, por conta disso, ele se concentrou apenas no uso atributivo das descrições. Consequentemente, sua análise das descrições acabou se distanciando de referências mais específicas, pois aponta sempre um aspecto geral por trás das sentenças.

Isso nos leva ao segundo ponto. Ao passo que Russell afirma e considera que há proposições subentendidas por trás das sentenças que contêm descrições definidas, na concepção russelliana, as descrições definidas são demasiadamente gerais e podem ser sintetizadas no uso atributivo. Donnellan destaca que essas mesmas descrições podem inclusive ser usadas para se referir a algo determinado sem que seja necessário explorar o tema dos nomes próprios, bastando admitir o outro uso.

O que está sendo levado em consideração é o aspecto mais pragmático. Não preciso me deter apenas na descrição dada como afirmava Russell. Assim, a semelhança com os nomes próprios é notória. Além disso, segundo ele, as descrições definidas usadas por Russell carregam muita generalidade, tendo em vista que, quando há algo que pode ser referência da minha descrição, é sempre algo muito fraco se levarmos em consideração que a forma lógica falada é, em certo sentido, abrangente a “qualquer que seja”. Para falar de algo geral em Donnellan, basta fazer um uso atributivo da descrição, sem a necessidade de todo o jogo de cintura russelliano.

Em último lugar, retomaremos a argumentação usada no fim do capítulo. A novidade da teoria de Donnellan é apresentar um outro uso para as descrições definidas. Ainda assim, a teoria russelliana em relação a expressão referencial genuína não é completamente errada de acordo com Donnellan, pois muito do que Russell falava a respeito dos nomes próprios, remete

a características do uso referencial. Mas, a questão colocada foi que eu consigo falar sobre o que o outro disse, sem necessariamente usar a mesma descrição, bastando usar outro nome que corresponda também ao que pretendo me referir.

Dito isto, enquanto Russell defende que uma boa teoria da denotação é aquela que resolve enigmas lógicos, Donnellan demonstra que as descrições definidas precisam ser analisadas considerando os usos e o contexto em que estão inseridas. Em resumo, ele mostra que uma teoria só pode ser boa de fato, se levar em consideração os usos que fazemos dessas descrições em nosso cotidiano. Assim, este trabalho aponta alguns aspectos mais gerais de ambas as teorias, objetivando contrastá-las e tomar a posição de defesa da teoria defendida por Donnellan.

5 REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Organon**: I categorias II periérmeneias. 1 ed. Lisboa: Guimarães editores, 1985.
- BRANQUINHO, João; GOMES, Nelson; MURCHO, Desidério (org.) **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. [S.l.]: Martins Fontes, 2006
- BRITO, Adriano Naves de. **Nomes próprios: semântica e ontologia**. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**; tradução: Maria Ermantina Galvão. – São Paulo: Martins fontes, 1996.
- DONNELLAN, Keith S.: **Reference and Definite Descriptions**. Philosophical Review, vol. 75, No. 3. (jul., 1966) pp. 281-304.
- DONNELLAN, Keith S. **Referência e descrições definidas**. Tradução: Fernando Raul Neto e Jeferson Santos. *Ágora filosófica*: [S. l.], v. 17, n. 1, p. 96–122, 2017.
- FREGE, G. **Sobre o sentido e a referência**. In:_____. *Lógica e filosofia da linguagem*. 2.ed. rev. e amp. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 129-158.
- IRVINE, Andrew David, "Bertrand Russell", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2022 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2022/entries/russell/>>.
- LE MOS, Italo Lins.; KRAEMER, Cristian Santiago. **O que é ‘Metametafísica’? Uma Análise das Metodologias de Meinong, Carnap e Quine**. *Griot: Revista de Filosofia, Amargosa – BA*, v.21 n.2, p.237-255, junho, 2021.
- LINSKY, Leonard. **Reference and referents**. In C. Caton (ed). *Philosophy and ordinary language*. Champagne: University of Illinois Press. (1963)
- LYCAN, William G. **Philosophy of language: a contemporary introduction**; second edition. New York: Routledge, 2008.
- MAREK, Johann, "Alexius Meinong", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Fall 2022 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/meinong/>>.
- RUSSELL, Bertrand: **A filosofia do atomismo lógico**. In: **Coleção os Pensadores, Vol. XLII**. (1ª ed.1978) São Paulo: Abril Cultural. Tradução: Pablo Ruben Mariconda. Alcoforado. São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1978.
- RUSSELL, Bertrand. **An inquiry into Meaning and Truth**, Londres, Allen and Unwin 1956.
- RUSSELL, BERTRAND. **Conhecimento humano: seu escopo e seus limites**; traduzido por Renato Prelorentzou. – São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- RUSSELL, Bertrand: **Da denotação**. In: **Coleção os Pensadores, Vol. XLII**. pp. 9- 20 (1ª ed.1978) São Paulo: Abril Cultural. Tradução: Pablo Ruben Mariconda.

RUSSELL, Bertrand. **Os Problemas da Filosofia**. 5 ed. tradução Antônio Sérgio, Londres - Inglaterra: Oxford University Press, 1980.

SCHIFFER, S. **The ‘Fido’-Fido theory of belief**, Philosophical Perspectives, 1: 455– 480. 1987.

SIMPSON, Thomas Moro. **Linguagem, Realidade e Significado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999 (Coleção Os Pensadores: Wittgenstein).